DIÁRIO OFICIAL

DO DISTRITO FEDERAL

GDF

Brasília, terça-feira 06 de agosto de 1991

ANO XVI Nº 152

SUMÁRIO

PODER EXECUTIVO

ATOS DO GOVERNADOR 1

GABINETE CIVIL 2

GABINETE MILITAR 2

SUBSECRETARIA DE ARTICULAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS 3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 3

SECRETARIA DA FAZENDA 4

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 5

SECRETARIA DE TRANSPORTES 6

SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE 6

SECRETARIA DO TRABALHO 6

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA LEGISLATIVA 7

TRIBUNAL DE CONTAS 11

AVULSOS

EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES 22

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETO N.o 13.290 DE 02 DE julho DE 1991

Homologa a Decisão nº 03/91 do Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente-CAUMA.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do Processo nº 030.017.844/90,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica homologada a Decisão nº 03/91 do Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente-CAUMA, que aprovou para todos os lotes de ensino do Setor de Habitações Coletivas e Geminadas Norte - SHCGN - Quadras 703 a 716 - Região Administrativa de Brasília-RA-I, a extensão para uso institucional ou comunitário, com atividades relativas a culto, mediante acréscimo da observação na NGB 144/88, nos termos abaixo especificados:

NOTA 3: De acordo com a classificação das atividades constante no Código de Obras e Edificações - COE/DF, será tolerado, para todos os lotes constantes desta NGB, o uso institucional ou comunitário com atividades relativas a culto, especificamente: local de culto, permanecendo como uso predominante o permitido no item 3 desta NGB. Os demais itens desta Norma ficarão inalterados, com exceção do item 9 - estacionamento e/ ou garagem que continuará obrigatório mas, na proporção de 1 (uma) vaga para cada 100,00m^2 (cem metros quadrados) quando ocorrer a atividade religiosa.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 02 de julho de 1991.
103º da República e 31º de Brasília

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ / /

NEWTON DE CASTRO

Republicado por haver saido com incorreção no original do DODF nº 127 de 03/07/91.

DECRETO N.º 13.357 DE 05 DE agosto DE 1991

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 22.295.000,00 (vinte e dois milhões, duzentos e noventa e cinco mil cruzeiros), à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 7º, item I, da Lei nº 142 de 28 de dezembro de 1990, combinado com o artigo 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto ao Gabinete do Governador o crédito suplementar no valor de Cr$ 22.295.000,00 (vinte e dois milhões, duzentos e noventa e cinco mil cruzeiros) na dotação orçamentária indicada no Anexo I.

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item III, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964, pela anulação parcial em igual valor da dotação orçamentária indicada no Anexo II.

Art. 3º - Ficam alteradas as Cotas Trimestrais de Despesa, relativas ao 3º trimestre, de conformidade com os artigos anteriores.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília,05 de agosto de 1991.
103º da República e 32º de Brasília.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

PAULO VICTOR RADA DE REZENDE

DARIO SILVA REIS

CREDITO SUPLEMENTAR — ANEXO I — SUPLEMENTACÃO

ANEXO AO DECRETO No. 13357 DE 05 DE agosto DE 1991. — Cr$ 1,00

CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	FT	VALOR
				22.295.000
11000	GABINETE DO GOVERNADOR			22.295.000
11001	GABINETE DO GOVERNADOR			
11001.03070202.083	0000 - ASSESSORAMENTO SUPERIROR			22.295.000
	0003 - FUNCIONAMENTO DO GABINETE MILITAR	4250.00	00	22.295.000
				22.295.000

CREDITO SUPLEMENTAR — ANEXO II — CANCELAMENTO

ANEXO AO DECRETO No 13357 DE 05 DE agosto DE 1991. — Cr$ 1,00

CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	FT	VALOR
				22.295.000
39000	RESERVA DE CONTINGENCIA			22.295.000
39000	RESERVA DE CONTINGENCIA			
39000.99999999.999	0000 - RESERVA DE CONTINGENCIA			22.295.000
	0001 - RESERVA DE CONTINGENCIA	9000.00	00	22.295.000
				22.295.000

DECRETO N.º 13.358 DE 05 DE agosto DE 1991

Altera o orçamento da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal - EMATER-DF.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e o disposto no Decreto nº 12.967, de 28 de dezembro de 1990, e o que consta do processo nº 072.000079/91,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica alterado na forma dos anexos I e II o orçamento da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal-EMATER-DF.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 05 de agosto de 1991.
103º da República e 32º de Brasília.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

PAULO VICTOR RADA DE REZENDE — DARIO SILVA REIS

ANEXO I — EM Cr$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR — SUPLEMENTACAO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	FT	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
51003	EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL				38.740.000
51003.04180212.094	0000 DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL				38.740.000
	0001 DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL NO DISTRITO FEDERAL	3191.00	22	24.500.000	38.740.000
		3292.00	23	240.000	
		4110.00	22	14.000.000	
				TOTAL	38.740.000

ANEXO II — EM Cr$ 1,00

ANULACAO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	FT	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
51003	EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL				38.740.000
51003.04180212.094	0000 DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL				38.740.000
	0001 DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL NO DISTRITO FEDERAL	3120.00	22	16.000.000	38.740.000
		3132.00	22	8.500.000	
		3220.00	23	240.000	
		4120.00	22	14.000.000	
				TOTAL	38.740.000

GABINETE CIVIL

ORDEM DE SERVIÇO DE 05 DE agosto DE 1991

O SUBCHEFE PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS DO GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X, artigo 30 do Decreto 7.857, de 11 de janeiro de 1984, com a redação dada pelo Decreto 11.069 de 30 de março de 1988,

R E S O L V E :

Conceder Gratificação por Encargo em Gabinete à servidora THELMA CRISTINA SILVA CAVALCANTE MADOZ, Auxiliar de Administração, matrícula nº 58.795-8, recuisitada da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, lotada no Grupo Executivo de Defesa do Consumidor - PROCON, do Gabinete Civil do Governador do Distrito Federal, pelo encargo de Auxiliar.

ALMIRO GERIN DE AMORIM
Subchefe do Gabinete Civil
para Assuntos Administrativos

GABINETE MILITAR

PORTARIA DE 02 DE AGOSTO DE 1.991.

O CHEFE DO GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 54 do Decreto nº 7.857, de 13 de janeiro de 1984,

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

DIÁRIO OFICIAL

Diretor Responsável

CLEMENTE LUZ

Redação e Administração
Anexo do Palácio do Buriti

Telefones
Redação direto 225-7803 PABX 225-6830 Ramal 312 e
225-7055 Ramal 137

Venda avulsa.....Cr$ 100.00
Assinatura trimestral.....Cr$ 5.000,00
Porte pela ECT.....Cr$ 6.072.00

R E S O L V E :

INDICAR os militates abaixo relacionados, para frequentarem o Curso de Proteção de Autoridades, a ser realizado no Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos, no período de 05 a 23 de agosto de 1991:

CAPITÃO	WALDEMIR JOSÉ DOS SANTOS
CAPITÃO	DIRNEI ARNO FERREIRA
CAPITÃO	HERNANE DOMINGUES PINTO
CAPITÃO	SÉRGIO APOLÔNIO DA SILVA
2º TENENTE	PAULO ROBERTO BARBOSA FERREIRA
2º TENENTE	RAIMUNDO NONATO RIBEIRO IRMÃO
2º TENENTE	JORDY GABRIEL FERREIRA DE SOUZA
2º TENENTE	JENIFFER RONI CRECCI
2º TENENTE	MAURÍCIO MARCONDES GUALBERTO
1º SARGENTO	ALTAMIR PEREIRA DA CUNHA
1º SARGENTO	VALTER HILÁRIO DE SOUSA
1º SARGENTO	ISAÍAS DIAS SOARES
1º SARGENTO	JOSÉ DE ALMEIDA COSTA
2º SARGENTO	ANTONIO FELICIANO PIRES
2 SARGENTO	JOSÉ DE OLIVEIRA PÓVOA
2º SARGENTO	CELSO DA COSTA
2º SARGENTO	CLÁUDIA CINOSI
2º SARGENTO	ALCIR NEVES DA SILVA
2º SARGENTO	CARMÊNIO DE SOUZA
3º SARGENTO	AQUILES ROCHA GOMES GUERRA
3º SARGENTO	ARAMI VIEIRA BORBA
3º SARGENTO	JOÃO THOMAZ DE OLIVEIRA
3º SARGENTO	EDILZA FERREIRA WEISS
3º SARGENTO	RUI SEBASTIÃO RIBEIRO
3º SARGENTO	RAIMUNDO NONATO DA SILVA PINTO
3º SARGENTO	WAGNER LUIZ DA SILVA RANGEL
3º SARGENTO	PAULO CÉSAR SILVA
3º SARGENTO	EURÍPEDES LEITE GONÇALVES
CABO	EUDA CALAZANS ALVARENGA LEITE
SOLDADO	JOÃO BATISTA FIRMINO

LAURO SILVESTRE DE FREITAS - CEL QOPM
Chefe do Gabinete Militar.

PORTARIA DE 05 DE agosto DE 1.991

O CHEFE DO GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º do Decreto nº 3.466, 07 de dezembro de 1.976,

R E S O L V E :

MANDAR CESSAR o pagamento da Gratificação, por Encargo de Gabinete, concedida a servidora ROSEMARY MENDES DA SILVA, Mat. nº 30.212/0, da Polícia Militar do Distrito Federal.

LAURO SILVESTRE DE FREITAS - CEL QOPM
CHEFE DO GABINETE MILITAR

SUBSECRETARIA DE ARTICULAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PLANALTINA

ORDEM DE SERVIÇO DE 31 DE JULHO DE 1991.

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE PLANALTINA, no uso de suas atribuições Regimentais e tendo em vista a delegação de competência conforme Ordem de Serviço de 01.08.90/SAAR-GAG,

RESOLVE:

DESIGNAR VALQUIRIA JURACI DE MACEDO ALVIM, Fiscal de Obras, matrícula nº 27.725-8, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir PEDRO CALIXTO AGUIAR, matrícula nº 23.220.3, Chefe da Seção de Fiscalização de Obras/DRLFO-RA VI, Código DAI-111.3, no período de 17.07.91 a 15.08.91, por motivo de férias do titular.

Planaltina-DF, 31 de julho de 1991.

DANIEL MARQUES DE SOUSA

ORDEM DE SERVIÇO DE 01 DE AGOSTO DE 1991

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE PLANALTINA, no uso de suas atribuições Regimentais e tendo em vista a delegação de competência conforme Ordem de Serviço de 01.08.90/SAAR-GAG,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, a partir de 01.08.91, STELLA MARIA ALVIM GOULART, Técnico de Administração Pública, matrícula nº 22.802-8, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, do Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Pessoal, Código DAI-111.3, da Divisão de Administração Geral, da Administração Regional de Planaltina, da Subsecretaria de Articulação das Administrações Regionais, do Gabinete do Governador do Distrito Federal.

NOMEAR, a partir de 01.08.91, BELANISSE BARBOSA DE SOUZA, Técnico de Orçamento, matrícula nº 22.396-4, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Pessoal, Código DAI-111.3, da Divisão de Administração Geral, da Administração Regional de Planaltina, da Subsecretaria de Articulação das Administrações Regionais, do Gabinete do Governador do Distrito Federal.

Planaltina-DF, 01 de agosto de 1991.

DANIEL MARQUES DE SOUSA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA DE 05 DE AGOSTO DE 1991

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a copetência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item II, alínea "c", do Decreto nº 7.321,de 22 de dezembro de 1982, e o que consta do Processo nº 094.001.283/91,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA a NOEL SOARES DA SILVA, matrícula nº 60.042-3, no Cargo de Técnico de Administração Pública,Classe Especial, Padrão II, do Quadro de Pessoal do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana do Distrito Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "c" e § 4º, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL,com as vantagens previstas no artigo 2º, §§ 1º e 3º, da Lei nº 6.732, de 04 de dezembro de 1979, alterada pelos Decretos-leis nºs 1.746, de 27 de dezembro de 1979, e 2.153, de 24 de julho de 1984, e pela Lei nº 62, de 12 de dezembro de 1989.

ELIZABET GARCIA CAMPOS

SECRETARIA DA FAZENDA

PORTARIA DE 01 DE AGOSTO DE 1991

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o que consta do Processo nº 00040.007351/91,

RESOLVE:

DESIGNAR os servidores PAULO SÉRGIO DE CARVALHO, matrícula nº 22.092-2, Diretor da Divisão de Tomada de Contas da Coordenação do Sistema de Contabilidade/SEF; JOSÉ WELLINGTON DO AMARAL BRITO, matrícula nº 08.801-3, Assessor do Departamento da Despesa/SEF e ONÉSIMO NOGUEIRA FILHO, matrícula nº 18.990-1, Auditor Tributário do Distrito Federal, para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Tomada de Contas Especial para, no prazo de 60 (sessenta) dias, procederem a apuração de responsabilidades em operações de créditos realizadas entre o BRB — Banco de Brasília S/A e as empresas VIPLAN — Viação Planalto Ltda e Transportadora WADEL Ltda., decorrente do descumprimento de cláusulas contratuais.

Brasília, 01 de agosto de 1991.

DARIO SILVA REIS

PROCESSO Nº: 040.006947/91

ASSUNTO: Reconhecimento de Dívida

INTERESSADO: Rubens Marques e Outros

À vista das instruções contidas no presente processo e o disposto no artigo 80, do Decreto nº 12.966/90 e de acordo com o que estabelece o item I do artigo 42, combinado com o item I, do artigo 41, do citado diploma legal, reconheço a dívida, autorizo a realização da despesa e determino a emissão da Nota de Empenho no valor de Cr$ 1.663.518,86 (hum milhão, seiscentos e sessenta e três mil, quinhentos e dezoito cruzeiros e oitenta e seis centavos), em favor de Rubens Marques e Outros.

Publique-se e encaminhe-se o processo à DAG, para emissão da respectiva Nota de Empenho, à conta da dotação do elemento 03.009.0021.2.151.0001 — 3192 — Despesas de Exercícios Anteriores do Orçamento da Secretaria da Fazenda.

Brasília, 30 de julho de 1991.

DARIO SILVA REIS

Secretário da Fazenda

DEPARTAMENTO DA RECEITA

ORDEM DE SERVIÇO DE 31 DE julho DE 1991.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA RECEITA DA SECRETARIA DA FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item 1, alínea "b", da Portaria nº 001/83-SEF de 04 de janeiro de 1983,

R E S O L V E:

DESIGNAR, LUIZ CLÁUDIO DO NASCIMENTO, Técnico Tributário, 3ª Classe, Padrão I, matrícula nº 30.189-2, para substituir a Chefe da Seção Técnica Tributária da Divisão da Receita de Taguatinga do Departamento da Receita desta Secretaria, Código DAI-111.6, por motivo de férias da titular no período de 01-07-91 a 30-07-91.

Brasília, 31 de julho de 1991.

VALDEMI PESSOA DE CARVALHO

ORDEM DE SERVIÇO DE 31 DE julho DE 1991.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA RECEITA DA SECRETARIA DA FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item 1, alínea "b", da Portaria nº 001/83-SEF de 04 de janeiro de 1983,

R E S O L V E:

DESIGNAR, FÁTIMA APARECIDA DAS NEVES CARNEIRO SILVA, Técnica Tributária, 3ª Classe, Padrão I, matrícula nº 30.198-1, para substituir a Chefe da Seção de Informações Econômico-Fiscais da Divisão da Receita de Taguatinga do Departamento da Receita desta Secretaria, Código DAI-111.6, por motivo de férias da titular no período de 01-08-91 a 30-08-91.

Brasília, 31 de julho de 1991.

VALDEMI PESSOA DE CARVALHO

ORDEM DE SERVIÇO DE 31 DE JULHO DE 1991

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA RECEITA DA SECRETARIA DA FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item I, alínea "a", da Portaria nº 001/83-SEF de 04 de janeiro de 1983, observado o artigo 1º, inciso III, do Decreto nº 5.841, de 17 de março de 1981,

RESOLVE:

DESIGNAR, a partir de 1º de agosto de 1991, JOSÉ ARIMATÉIA DE OLIVEIRA JÚNIOR, Técnico de Administração Pública, 1ª Classe, Padrão II, matrícula nº 24.535-6, para exercer a Função de Assistente da Divisão da Receita de Sobradinho do Departamento da Receita desta Secretaria, Código DAI-112.6.

Brasília, 31 de julho de 1991.

VALDEMI PESSÔA DE CARVALHO

ORDEM DE SERVIÇO DE 31 DE JULHO DE 1991

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA RECEITA DA SECRETARIA DA FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item I, alínea "a", da Portaria nº 001/83-SEF de 04 de janeiro de 1983,

RESOLVE:

DISPENSAR, a partir de 1º de agosto de 1991, JOSÉ ARIMATÉIA DE OLIVEIRA JÚNIOR, Técnico de Administração Pública, 1ª Classe, Padrão II, matrícula nº 24.535-6, da Função de Assistente da Divisão de Apoio Fiscal do Departamento da Receita desta Secretaria, Código DAI-112.3, por ter sido designado para outra função.

Brasília, 31 de julho de 1991.

VALDEMI PESSÔA DE CARVALHO

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

PORTARIA DE 31 DE JULHO DE 1991

A SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

NOMEAR ELIZABETH GARCIA COSTA DA SILVA, Especialista em Educação, Classe Única, Padrão I, matrícula nº 31.498-6, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer o Cargo de Assistente, Código DAI-112.6, da Divisão de Reconhecimento e Inspeção, do Departamento de Inspeção do Ensino, da Secretaria da Educação do Distrito Federal.

Brasília, 31 de julho de 1991.

STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TROIS

PORTARIA DE 31 DE JULHO DE 1991

A SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

EXONERAR, por estar sendo nomeada para outro cargo, ELIZABETH GARCIA COSTA DA SILVA, Especialista em Educação, Classe Única, Padrão I, matrícula nº 31.498-6, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, do Cargo de Assistente, Código DAI-112.6, da Divisão de Orientação e Assistência, do Departamento de Inspeção do Ensino, da Secretaria da Educação do Distrito Federal.

Brasília, 31 de julho de 1991.

STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TROIS

PORTARIA DE 30 DE JULHO DE 1991

A SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no art. 17 do Decreto nº 13.166, de 30.04.91 e no item 5 da Portaria nº 23/91-SEA, de 09.07.91,

RESOLVE:

1 — Instituir, no âmbito desta Secretaria, Comissão de Avaliação de Desempenho e de Apuração de Mérito, tendo como atribuições as constantes das normas que regulam a matéria.

2 — Designar os seguintes funcionários para, sob a presidência do primeiro, comporem a referida Comissão:

• VIRGÍNIA FILOMENA DE O. BRANDÃO — matr. 32.130-3 — Assessora do DIE/SE

• OLGA MARIA BORGES NETO — matr. 84.266-4 — Professora

• PEDRO RUFINO DO REGO — matr. 32.424-8 — Analista de Orçamento

• HERMES DIAS DOS SANTOS — matr. 28.937-X — Analista de Orçamento

• REGES DA COSTA MENDES — matr. 30.435-9 — Técnico de Administração Pública — representante do Sindicato dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, Autarquias e Tribunal de Contas do Distrito Federal.

STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TROIS

DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DO ENSINO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 28/91-DIE DE 15 DE JULHO DE 1991

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DO ENSINO, DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 50, item IX, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.893, de 13.05.75, e nos termos do artigo 134 da Resolução nº 01/74-CEDF, e, ainda, conforme o disposto no Parecer nº 063/91-CEDF,

RESOLVE:

1. Constituir comissão composta pelas Especialistas de Educação MARIA BERNADETE DE AGUIAR LEITE, matrícula nº 24.425-2, MARIA CAROLINA BARBOSA DUARTE, matrícula nº 14.387-1, e ELIENE PESSANHA LOBATO, matrícula nº 24.442-2, para realizar, sob a presidência da primeira, sindicância junto ao INEI — Centro de Ensino de 1º Grau — localizado no SGAS 604 — Conjunto "C" — Lotes 25/26, com o objetivo de apurar denúncia contra o referido estabelecimento.

2. Determinar, para a conclusão dos trabalhos, o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de abertura da sindicância.

Brasília, 15 de julho de 1991.

ÂNGELA MARIA VILAS BÔAS RIBEIRO

(Republicado por haver saído com incorreção do original no DODF nº 130/Suplemento, em 08.07.91, pág. 13/14)

SECRETARIA DE TRANSPORTES

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM — DER -DF

INSTRUÇÃO DE 05 DE AGOSTO DE 1991

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o item VI, art. 44, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3.078, de 03 de dezembro de 1975, e de acordo com a competência delegada no artigo 2º, inciso IV, do Decreto nº 12.469, de 06 de julho de 1990,

RESOLVE:

APLICAR a penalidade disciplinar de Suspensão por 03 (três) dias, no período de 07.08.91 a 09.08.91, ao funcionário VALDEMILSON OLIVEIRA SANTOS, matrícula nº 93.385, Técnico de Atividades Rodoviárias, do Quadro de Pessoal do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, com base no inciso III do art. 201 da Lei nº 1.711 de 28.10.52.

Brasília, 05 de agosto de 1991.

SÉRGIO LOPES GUIMARÃES

SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE

PORTARIA DE 05 DE AGOSTO DE 1991.

O SECRETÁRIO DE CULTURA E ESPORTE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, e

Considerando que o FÓRUM NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE CULTURA está desativado desde 1990;

Considerando que, reunidos informalmente em Goiânia, em julho de 1991, os Secretários de Estado responsáveis pela Cultura decidiram reativar o Fórum;

Considerando que escolheram Brasília para sediá-lo, nos dias 9 e 10 de setembro, do corrente ano, e

Considerando, ainda, a necessidade de uma eficiente organização do encontro, que discutirá, também, a aprovação de novos estatutos do organismo que o revitalizem,

RESOLVE:

1. Nomear Equipe de Trabalho que deverá executar as providências administrativas, operacionais e jurídicas do Fórum Nacional de Secretários de Cultura, a realizar-se em Brasília nos dias 9 e 10 de setembro de 1991.

2. A Equipe será composta por CECÍLIA LEITE OLIVEIRA, MARTA BENÉVOLO e AMAZILDO MEDEIROS DE SOUZA, sendo presidida pela primeira.

3. No prazo de 15 dias a contar da data da publicação deverá ser concluído o planejamento das atividades programadas.

4. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 05 de agosto de 1991.

MÁRCIO COTRIM

ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

PROCESSO Nº: 151.000.082/91
REQUISIÇÃO DE DIÁRIAS Nº
INTERESSADO: MARTA CÉLIA BEZERRA VALE
ASSUNTO: Concessão de Diárias

Autorizo a concessão de 02 (duas) diárias a servidora MARTA CÉLIA BEZERRA VALE, Chefe do Núcleo de Documentos Convencionais do Arquivo Público do Distrito Federal, matrícula nº 0021, no valor total de Cr$ 50.400,00 (cinqüenta mil, e quatrocentos cruzeiros), para atender despesas de viagem à cidade de São Paulo-SP, no período de 08 a 09 de agosto, onde irá participar no curso Fototeca ou Banco de Imagens: Como Organizar, Conservar e Usar Uma Coleção de Imagens.

Brasília, 05 de agosto de 1991.

WALTER ALBUQUERQUE MELLO
Superintendente

DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO

SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

SALÁRIO-FAMÍLIA — CONCESSÃO

DESPACHO: CONCEDO, na forma da legislação em vigor, salário-família a funcionária constante da relação abaixo a partir da data mencionada, pelo dependente respectivamente indicado, de conformidade com a documentação apresentada.

FUNCIONÁRIO: ANA ISABEL BEZERRA CAVALCANTI BUENO DOS SANTOS
MATRÍCULA Nº: 0035
DEPENDENTES: ANA FLÁVIA B. CAVALCANTI BUENO DOS SANTOS, filha, nascida em 05.01.81, a partir de julho/91.
FERNÃO SAMUEL RODRIGO JONATHAN DE BORBA CAVALCANTI BUENO DE ANDRADE, filho, nascido em 26.05.82, a partir de julho/91.
MARTIN HENRIQUE AVRAHAN JOSEPH DE BORBA CAVALCANTI BUENO DE ANDRADE, filho, nascido em 24.11.83, a partir de julho/91.

Brasília, 01 de agosto de 1991.

VALDECI CORREIA SOUTO
Seção de Administração de Pessoal
Chefe

SECRETARIA DO TRABALHO

PORTARIA DE 01 DE AGOSTO DE 1991

O SECRETÁRIO DO TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o item VIII, do artigo 19, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 9.536, de 26 de junho de 1986,

RESOLVE:

DESIGNAR MARIA APARECIDA BARBOSA VIANA, matrícula nº 27.018-0, Assessora, Código DAS-102.3, do Gabinete do Secretário do Trabalho, para substituir DULCE MARIA JABOUR TANNURI, matrícula nº 27.691-X, Coordenadora, Código DAS-101.4, da Coordenadoria do Programa de Ocupação e Renda, da Secretaria do Trabalho do Distrito Federal, por motivo de férias regulamentares, no período de 01 a 30.08.91.

Brasília-DF, 01 de agosto de 1991.

JOSÉ RENATO RIELLA

CÂMARA LEGISLATIVA

ATO DO PRESIDENTE Nº 769 , DE 1991

O Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais, e nos termos da Resolução nº 013 /91, da Mesa Diretora,

R E S O L V E :

DISPENSAR **MARIA APARECIDA DA CONCEIÇÃO** da função de Auxiliar de Administração I, GF-6, da Diretoria de Recursos Humanos , a partir de 01 de agosto de 1991,

Brasília, de agosto de 1991.

Deputado SALVIANO GUIMARÃES
Presidente

ATO DO PRESIDENTE Nº 770 , DE 1991

O Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais, e nos termos da Resolução nº 001/91, da Mesa Diretora,

R E S O L V E :

EXONERAR, a pedido, **LOURIVAL FRANCISCO LOPES** do cargo em comissão de Chefe de Gabinete, FS-4, do Gabinete do Deputado Tadeu Roriz, a partir de trinta de julho de 1991.

Brasília, de agosto de 1991.

Deputado SALVIANO GUIMARÃES
Presidente

ATO DO PRESIDENTE Nº 771 , DE 1991

O Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais, e nos termos da Resolução nº 016 /91, da Mesa Diretora,

R E S O L V E :

EXONERAR **REINALDO SEIXAS FONTELES** do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, FS-2, do Gabinete do Deputado Jonas Vettoraci.

Brasília, de agosto de 1991.

Deputado SALVIANO GUIMARÃES
Presidente

ATO DO PRESIDENTE Nº 772 , DE 1991

O Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais, e nos termos da Resolução nº 016 /91, da Mesa Diretora,

R E S O L V E :

NOMEAR **REINALDO SEIXAS FONTELES** para o cargo em comissão de Assessor Parlamentar, FS-1, na liderança do Partido Democrático Trabalhista.

Brasília, de agosto de 1991.

Deputado SALVIANO GUIMARÃES
Presidente

ATO DO PRESIDENTE Nº 773 , DE 1991

O Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais, e nos termos da Resolução nº 016 /91, da Mesa Diretora,

R E S O L V E :

EXONERAR **ROMEU ARRUDA** do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, FS-3, do Bloco Liberal Progressista.

Brasília, de agosto de 1991.

Deputado SALVIANO GUIMARÃES
Presidente

ATO DO PRESIDENTE Nº 774 , DE 1991

O Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais, e nos termos da Resolução nº 001 /91, da Mesa Diretora,

R E S O L V E :

NOMEAR **ROMEU ARRUDA** para o cargo em comissão de Assessor Parlamentar, FS-2 , no Gabinete do Deputado Tadeu Roriz.

Brasília, de agosto de 1991.

Deputado SALVIANO GUIMARÃES
Presidente

ATO DO PRESIDENTE Nº 775 , DE 1991

O Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais, e nos termos da Resolução nº 016 /91, da Mesa Diretora,

R E S O L V E :

NOMEAR **HENRIQUE JOSÉ PINTO** para o cargo em comissão de Secretário Parlamentar, FS-2, na Liderança do Partido Democrático Trabalhista.

Brasília, de agosto de 1991.

Deputado SALVIANO GUIMARÃES
Presidente

ATO DO PRESIDENTE Nº 776 , DE 1991

O Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais, e nos termos da Resolução nº 001/91, da Mesa Diretora,

R E S O L V E :

DESIGNAR **RICARDO JOSÉ ALVES** para ocupar o cargo em comissão de Assessor Parlamentar, FS-3, no Gabinete do Deputado Peniel Pacheco.

Brasília, 05 de agosto de 1991.

Deputado **SALVIANO GUIMARÃES**
Presidente

ATO DO PRESIDENTE Nº 777 , DE 1991

O Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais, e nos termos da Resolução nº 001 /91, da Mesa Diretora,

R E S O L V E :

EXONERAR **CARLOS FERNANDO VIEIRA DE SOUZA** do cargo em comissão de Assessor Parlamentar, FS-3, do Gabinete do Deputado Cláudio Monteiro.

Brasília, de agosto de 1991.

Deputado **SALVIANO GUIMARÃES**
Presidente

ATO DO PRESIDENTE Nº 778 , DE 1991

O Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais, e nos termos da Resolução nº 013/91, da Mesa Diretora,

R E S O L V E :

DESIGNAR **CARLOS ALBERTO MOREIRA GOMES** para exercer a função de Auxiliar de Administração II, GF-7, na Coordenação de Plenário e Protocolo Legislativo.

Brasília, 05 de agosto de 1991.

Deputado **SALVIANO GUIMARÃES**
Presidente

ATO DO PRESIDENTE Nº 779 , DE 1991

O Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais, e nos termos da Resolução nº 016/91, da Mesa Diretora,

R E S O L V E :

NOMEAR **ELIANE ALMEIDA DOS SANTOS** para ocupar o cargo em comissão de Secretário Parlamentar, FS-2, na Liderança do Partido dos Trabalhadores.

Brasília, 05 de agosto de 1991.

Deputado **SALVIANO GUIMARÃES**
Presidente

ATO DO PRESIDENTE Nº 780, DE 1991

O Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais, e nos termos da Resolução nº 006/91, da Mesa Diretora,

R E S O L V E :

NOMEAR **SANDRA SANAE SATO** para ocupar o cargo em comissão de Secretário, FB.2, na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Brasília, 05 de agosto de 1991.

Deputado **SALVIANO GUIMARÃES**
Presidente

ATO DO PRESIDENTE Nº 781 , DE 1991

O Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais, e nos termos da Resolução nº 013/91, da Mesa Diretora,

R E S O L V E :

DESIGNAR **LITZA MACHADO E MELO SILVA** para exercer a função de Auxiliar de Administração I, GF-6, na Coordenação de Documentação e Informática.

Brasília, 05 de agosto de 1991.

Deputado **SALVIANO GUIMARÃES**
Presidente

ATO DO PRESIDENTE Nº 782, DE 1991

O Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais, e nos termos da Resolução nº 001/91, da Mesa Diretora,

R E S O L V E :

EXONERAR **ARAMIS CASSEMIRO CARDOSO** do cargo em comissão de Auxiliar de Gabinete, FS-2, do Gabinete do Deputado Tadeu Roriz.

Brasília, 05 de agosto de 1991.

Deputado **SALVIANO GUIMARÃES**
Presidente

ATO DO PRESIDENTE Nº 783 , DE 1991

O Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais, e nos termos da Resolução nº 001/91, da Mesa Diretora,

R E S O L V E :

NOMEAR **ARAMIS CASSEMIRO CARDOSO** para ocupar o cargo em comissão de Secretário Parlamentar, FS-1, no Gabinete do Deputado Tadeu Roriz.

Brasília, 05 de agosto de 1991.

Deputado **SALVIANO GUIMARÃES**
Presidente

ATO DO PRESIDENTE Nº 784 , DE 1991

O Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais, e nos termos da Resolução nº 001/91, da Mesa Diretora,

R E S O L V E :

EXONERAR **FRANCISCO SAMUEL DA PONTE AGUIAR** do cargo em comissão de Auxiliar de Gabinete, FS-2, do Gabinete do Deputado Tadeu Roriz.

Brasília, 05 de agosto de 1991.

Deputado **SALVIANO GUIMARÃES**
Presidente

ATO DO PRESIDENTE Nº 785 , DE 1991

O Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais, e nos termos da Resolução nº 001/91, da Mesa Diretora,

R E S O L V E :

NOMEAR **FRANCISCO SAMUEL DA PONTE AGUIAR** para ocupar o cargo em comissão de Secretário Parlamentar, FS-1, no Gabinete do Deputado Tadeu Roriz.

Brasília, 05 de agosto de 1991

Deputado **SALVIANO GUIMARÃES**
Presidente

ATO DO PRESIDENTE Nº 786 , DE 1991

O Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais, e nos termos da Resolução nº 001/91, da Mesa Diretora,

R E S O L V E :

EXONERAR **AYLÊ SALASSIÊ FILGUEIRAS QUINTÃO** do cargo em comissão de Assessor Parlamentar, FS-3, do Gabinete do Deputado Tadeu Roriz.

Brasília, 05 de agosto de 1991.

Deputado **SALVIANO GUIMARÃES**
Presidente

ATO DO PRESIDENTE Nº 787 , DE 1991

O Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais, e nos termos da Resolução nº 001/91, da Mesa Diretora,

R E S O L V E :

NOMEAR **AYLÊ SALASSIÊ FILGUEIRAS QUINTÃO** para ocupar o cargo em comissão de Chefe de Gabinete, FS-4, do Gabinete do Deputado Tadeu Roriz.

Brasília, 05 de agosto de 1991.

Deputado **SALVIANO GUIMARÃES**
Presidente

ATO DO PRESIDENTE Nº 788 , DE 1991

O Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o que consta do processo nº 000466/91,

R E S O L V E :

DESIGNAR o Coordenador de Planejamento e Organização, **AMARO JOSÉ FREIRE FILHO**, executor do Convênio celebrado com a Fundação Getúlio Vargas.

Brasília, 05 de agosto de 1991.

Deputado **SALVIANO GUIMARÃES**
Presidente

ATO DO PRESIDENTE Nº 789 , DE 1991

O Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais, e nos termos da Resolução nº 001/91, da Mesa Diretora,

R E S O L V E :

EXONERAR **JUSCINEI SÉRGIO SOARES** do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, FS-1, do Gabinete do Deputado Tadeu Roriz.

Brasília, 05 de agosto de 1991.

Deputado **SALVIANO GUIMARÃES**
Presidente

ATO DO PRESIDENTE Nº 790 , DE 1991

O Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais, e nos termos da Resolução nº 001/91, da Mesa Diretora,

R E S O L V E :

NOMEAR **JUSCINEI SÉRGIO SOARES** para ocupar o cargo em comissão de Assessor Parlamentar, FS-3, no Gabinete do Deputado Tadeu Roriz.

Brasília, 05 de agosto de 1991.

Deputado **SALVIANO GUIMARÃES**
Presidente

ATO DO PRESIDENTE Nº 791 , DE 1991

O Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais, e nos termos da Resolução nº 001/91, da Mesa Diretora,

R E S O L V E :

EXONERAR **ALBERTO MARTINEZ VIDAL** do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, FS-2, no Gabinete do Deputado Tadeu Roriz.

Brasília, 05 de agosto de 1991.

Deputado **SALVIANO GUIMARÃES**
Presidente

ATO DO PRESIDENTE Nº 742 , DE 1991

O Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais, e nos termos da Resolução nº 001/91, da Mesa Diretora,

R E S O L V E :

NOMEAR **ALBERTO MARTINEZ VIDAL** para ocupar o cargo em comissão de Secretário Parlamentar, FS-3, no Gabinete do Deputado Tadeu Roriz.

Brasília, 05 de agosto de 1991.

Deputado **SALVIANO GUIMARÃES**
Presidente

TRIBUNAL DE CONTAS DO DF

ATA DA SESSÃO ESPECIAL Nº 458

Aos 31 dias do mês de julho de 1991, às 16:15 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros JOEL FERREIRA DA SILVA, JOSÉ EDUARDO BARBOSA, RONALDO COSTA COUTO e JORGE CAETANO, o Conselheiro-Substituto FRANCISCO MARTINS BENVINDO, o Auditor JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS e a Procuradora-Geral em exercício Dra. CLÁUDIA FERNANDA DE O. PEREIRA, o Presidente, Conselheiro FREDERICO AUGUSTO BASTOS, declarou aberta a sessão especialmente convocada para o fim de o Tribunal, nos termos do disposto no artigo 3º, inciso I, da Lei nº 91, de 30 de março de 1990, aprovar o Relatório do Conselheiro-Relator e proferir Parecer Prévio sobre as Contas do Governo do Distrito Federal, exercício de 1990.

Inicialmente, o Senhor Presidente desconvocou o Auditor JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS de substituto do Conselheiro JOEL FERREIRA DA SILVA para, em seguida, convocá-lo para substituir a Conselheira MARLI VINHADELI PAPADÓPOLIS que se encontra ausente por motivo de férias.

Para tomarem assento à Mesa o Senhor Presidente convidou o Deputado SALVIANO GUIMARÃES - Presidente da Câmara Legislativa, o Doutor JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Chefe do Gabinete Civil do Governo do Distrito Federal e Representante do Exmo. Sr. Governador JOAQUIM DOMINGOS RORIZ, neste ato, o Genéral HAROLDO ERICKES - Presidente do Superior Tribunal Militar e o Deputado Distrital AGNELO QUEIROZ.

Em continuidade, o Senhor Presidente pronunciou, preliminarmente, as seguintes palavras:

"Encareço das demais autoridades que também se considerem participando da mesa agora composta, uma vez que o nosso espaço físico disponível tornou-se pequeno diante do elevado número de presenças tão ilustres quanto gratas.

O Relatório e o Projeto de Parecer Prévio sobre as Contas do Executivo representam, quando submetidas à deliberação dos Plenários das Cortes, a própria essência da atuação dos Tribunais e marcam a coroação de mais um período em que árduo trabalho foi desenvolvido por todo o contingente que integra o sistema do controle. O Relatório e o Parecer Prévio, a cada ano renovados, registram que o labor dos servidores e dos membros das Cortes produziu os resultados almejados.

Com este breve introito, passo a palavra ao Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, para que seu relato e voto possa ser conhecido.

Com a palavra, o Conselheiro RONALDO COSTA COUTO assim se manifestou:

"Contar é muito dificultoso. Não pelos anos que se já passaram, mas pela astúcia que têm certas coisas passadas".
(GUIMARÃES ROSA)

Solicitam-me falar sobre o Distrito Federal.

Não é fácil governar Brasília.

Governá-la bem, é claro.

Nascida como capital da esperança, às vezes pejorativamente chamada ilha da fantasia, definitivamente não é ilha nem há fantasia alguma na dura realidade de subdesenvolvimento e pobreza em que se encontra imersa.

Seus recursos públicos são extraordinariamente acanhados, diante da avalancha de problemas celeremente acumulados nos últimos anos. Problemas graves, sobretudo na sua infra-estrutura urbana e no universo social.

EXPLOSÃO DEMOGRÁFICA

COETERIS PARIBUS, é no mínimo temerário o cenário logicamente decorrente do espectacular e lamentável hipercrescimento demográfico brasilense.

Projetado para uma população de 500 mil, apenas na virada do milênio, o Distrito Federal já se aproxima velozmente de 2 milhões de habitantes.

Mas a cidade de Brasília é bastante maior. Como fenômeno urbano, ela já ultrapassou sua fronteira geográfica, penetrando e polarizando enorme área.

Insólito e pernicioso superdinamismo populacional, que demanda serviços e equipamentos urbanos incomensuravelmente superiores às possibilidades do Distrito Federal.

Precocemente, a periferia da cidade vai se transformando em gigantesco formigueiro humano, onde o que mais cresce não e a renda interna - esta provavelmente estagnada ou em declínio - mas a pobreza, o desemprego, a violência. Caem a renda per capita e a qualidade de vida. Pioram os indicadores econômicos e sociais.

Vai se fechando um amplo cinturão de pobreza e até de miséria.

Brasília tangencia 2 milhões de havitantes aos 31 anos.

Desde 1986, ela cresceu 400 mil habitantes (um Plano Piloto de hoje), atingindo 1,9 milhões em 1990.

No Rio, foram necessários 380 anos para alcançar 2 milhões de habitantes.

E em São Paulo, 395 anos.

E lembre-se: juntas as cidades do Rio e São Paulo, há muitas décadas, respondem por mais de 30% do Produto Interno Bruto.

Duvido que Brasília e sua área de influência alcancem 2% do PIB.

A não ser que redefinamos a sigla PIB para Poder Interno Bruto.

GOVERNO DIFÍCIL

É justo reconhecermos os esforços locais pelo desenvolvimento da Cidade.

Mas não é mesmo fácil governar bem a Brasília de hoje, porque:

i) o Governo Distrital tem, de fato, responsabilidades metropolitanas, mas não os correspondentes recursos. Aqui, o dilema surpreendente que preocupa os administradores com visão correta da realidade brasiliense: quanto mais se investe no núcleo metropolitano, inclusive para fazer face aos problemas sociais crescentes, mais atraente ele se torna em relação às áreas de emigração.

Quanto maior e mais pobre a periferia, mais forte a pressão sobre os já saturados equipamentos urbanos de Brasília. Estrangulam-se e deterioram-se os serviços básicos, como os de saúde, educação, segurança pública, transporte, saneamente etc.

É que Brasília não é mesmo uma ilha. Seu problema demográfico só terá solução eficaz se melhorarem as condições relativas de vida nas regiões expulsoras de população.

Claro: não investir seria o pior. Seria suicida;

ii) a receita própria do Distrito Federal responde por menos de 1/3 da total. Isto é: a tão celebrada autonomia inexiste no campo financeiro. Sem as transferências da União, Brasília simplesmente não funcionaria. Refiro-me às transferências constitucionais e às voluntárias;

iii) tanto ou mais que as megalópoles brasileiras, a capital e sua área próxima de influência pagaram e pagam caro pela urbanização acelerada e pela profunda e renitente crise econômica nacional.

Centenas de milhares de famílias imigrantes demandam a cidade, tendo como único capital a ilusão e a esperança. multidões de pobres, predominantemente oriundos das áreas mais sofridas do País.

E não se simplifique a interpretação desse fenômeno, atribuindo-o, exclusivamente, à falsa expectativa de acesso a lotes gratuitos: a escalada populacional é anterior à política habitacional que privilegiou a distribuição de lotes urbanizados.

Essa política, creio, teve eficácia no combate aos efeitos da vigorosa e até anárquica expansão urbana, de que a multiplicidade de invasões anteriores ao assentamento de Samambaia, por exemplo, são penosa lembrança;

iv) parece entronizada, em algumas áreas pobres do Brasil a falsa imagem de Brasília como eldorado. Ela é a miragem alucinada de muitos esperançosos e desesperados, falsa opção dos que nada têm a perder, até porque já perderam tudo ou nada tinham.

É urgente desmitificar essa miragem;

v) apesar de meu respeito pelos autores de algumas opiniões em contrário não vislumbro, no curto prazo, perspectivas de desenvolvimento realmente sólido e de boa envergadura para o setor privado. Talvez algumas dúzias de pequenas e médias indústrias e agro-indústrias para o mercado regional, uma evolução seguramente não espetacular da agropecuária e, aí sim, hipertrofia cada vez mais exagerada do terciário, este sob pressão do denso fluxo migratório e do crescimento vegetativo da população. Em 1990, 85% da população economicamente ativa (PEA) estavam no setor terciário, aí incluída a administração pública.

Particularmente quanto à industrialização, a realidade impõe o reconhecimento de que Brasília está fisicamente muito longe das principais economias e mercados regionais.

Está distante de mais de 90% do PIB!

Esse e outros fatores pesam enormemente em qualquer decisão privada de investimento.

Independentemente de quem seja o governante ou de ser ou não poluente a atividade.

No longo prazo, terceiro milênio adiante, falta-me coragem para prognósticos, até porque não resisto a certo ceticismo pela futurologia.

O FUTURO

Não há alarmismo nessas observações.

O futuro de Brasília dependerá muito do que ocorra fora de suas fronteiras.

Depende, fundamentalmente, do reencontro do Brasil com o desenvolvimento, consoante uma política nacional que efetivamente viabilize soluções para os graves, gravíssimos desníveis regionais e urbanos do País. Que promova cuidadosa redistribuição de renda, de modo a reduzir a pobreza e a miséria, sem inviabilizar o setor produtivo. É vergonhoso o atual perfil de distribuição de renda do Brasil.

É crucial preservar e praticar adequada política de uso do solo urbano e rural, para não matar o sonho dos fundadores e proteger a população.

Depende de que o País realmente adote planejamento familiar, mas de forma séria, baseado no princípio da paternidade responsável.

Hoje, a classe média e a rica controlam a natalidade.

É preciso promover o acesso voluntário também dos pobres aos métodos e meios de controle e enterrar de vez a hipocrisia com que essa questão é abordada no Brasil. É desafio às políticas de educação e saúde.

Internamente, claro que muito pode ser feito.

Aqui, o mais importante é eleger prioridades de gastos realmente rigorosas, sob a óptica do interesse social. É que os recursos locais para o financiamento de investimentos são de comovente modicidade.

Resulta imperioso alavancar recursos federais, constatação tão surrada quanto indispensável.

É preciso assegurar uma estável e confiável matriz de fundos para usos definidos em planejamento democrático, realístico e pragmático, com tônica em projetos metropolitanos.

E reconhecer lagalmente a Região Metropolitana de Brasília, cuja existência e cujo crescente drama social saltam aos olhos até dos observadores desatentos.

Mais que tudo, é fundamental concentrar vasto esforço na educação do Brasil inteiro.

Tenho confiança em os Governos de Brasília a conduzirão de forma a equacionar seus graves problemas e desafios.

1990

O ano passado foi atípico para o Distrito Federal.

A cidade realizou o velho sonho de eleger diretamente seu Governador e seus representantes na Egrégia Câmara Distrital, atendendo aos comandos da Constituição de 1988.

Desde o início de 1991, Brasília é mais forte e livre em termos políticos.

A análise das Contas de 1990 confirma a realidade de carência e subsdesenvolvimento que apontei.

As receitas disponíveis são ínfimo submúltiplo dos gastos sociais e de investimento que seriam essenciais, o que acumu

la desafios cada vez mais difíceis e complexos, sobretudo nas áreas mais pobres.

Grave também é que a economia não se mostra capaz de gerar empregos em nível expressivo. A população economicamente ativa aumenta e, com ela, o desemprego aberto e disfarçado.

Essa situação tem que ser redefinida.

É preciso salvar Brasília, enquanto é possível.

Haja vista suas peculiaridades e a escassez de recursos, eis um desafio muito mais nacional do que local.

Hoje, realmente, é muito difícil governar Brasília bem.

O antídoto à ameaça que ronda Brasília é a melhor distribuição da renda nacional, o desenvolvimento das regiões de emigração, a motivação e confiança do setor privado, o planejamento responsável, a educação, a desmitificação da imagem, a rigorosa observância de boa legislação de uso do solo, a canalização de recursos federais confiáveis para projetos essenciais inadiáveis e, claro, austeridade e boa gestão das contas públicas.

O Brasil, nas três esferas de Governo, precisa sanear seriamente suas finanças públicas para obter o mínimo de estabilidade econômico-financeira (inclusive monetária) e relançar o crescimento. É urgente!

Felizmente, não falta talento nem competência ao setor público distrital para fazer sua parte numa política que salve a capital brasileira.

Há um Governo democraticamente eleito e também novo Poder Legislativo escolhido pelo povo.

Esse é o trunfo que será cada vez mais importante: as decisões principais entregues aos legítimos representantes do povo.

Tal fato e a certeza de que se vai firmando, a nível nacional e local, a consciência da verdadeira Brasília de hoje, que merece e requer atenção urgente, deixam brilhante luz de esperança quanto a seu futuro. Sobretudo se a sociedade assumir plenamente sua responsabilidade e consciência cívica quanto à preservação deste precioso e vulnerável patrimônio da humanidade.

Não há otimismo nem pessimismo. Somente realismo.

Ainda é tempo de salvar Brasília e os ideais de seus fundadores.

Senhoras e Senhores, está comprovado:

"Contar é muito dificultoso. Não pelos anos que se já passaram, mas pela astúcia que têm certas coisas passadas".
(GUIMARÃES ROSA).

CONCLUSÃO E VOTO

As Contas do Governo do Distrito Federal, relativas ao exercício financeiro de 1990, contêm os principais elementos exigidos pelas normas aplicáveis. O exame técnico das demonstrações contábeis e das demais infomações acostadas revelou algumas falhas ou impropriedades, ressaltando-se as seguintes:

a) não acompanharam as contas sob exame uma demonstração satisfatória de execução físico-financeira dos projetos; o pronunciamento do controle interno quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial dos órgãos e entidades do Distrito Federal restringiu-se apenas aos aspectos contábeis. A falta desses elementos não impediu a apreciação das contas. Mas, certamente, a dificultou. Assim, proponho recomendação desta Corte ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, com vistas a evitar-se a sua repetição, não obstante a justificativa apresentada.

b) foram omitidas, no Balanço Patrimonial, os valores do Fundo Especial de Habitação - FUNDHAB, criado pelo Decreto nº 768, de 18 de agosto de 1969, e do Caixa Único do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 9268/86 e convalidado pelo Decreto-lei nº 2.456, de 22 de agosto de 1988. Essa omissão, também apontada nos relatórios e nos pareceres prévios das contas de 1988 e 1989, compreende a ausência de regularização contábil do FUNDHAB e do Caixa Único do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal. Esses fatos, contudo, não prejudicam a apreciação das Contas Anuais do Governo, já objeto de auditoria pela empresa PRICE WATERHOUSE e de tomadas de contas especiais em trâmite nesta Corte.

c) as despesas com pessoal à conta do Tesouro superaram o limite estabelecido no art. 38 e seu parágrafo único do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Quanto a essa questão, tramita neste Tribunal consulta formulada pela Secretaria da Fazenda sobre a possibilidade de não serem computadas, na apuração do limite em apreço, as transferências da União e as respectivas despesas com pessoal e encargos sociais da Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, com fundamento no artigo 21, inciso XIV da Constituição Federal, e com os setores de saúde e educação, tradicionalmente financiados pela União.

A análise técnica e os resultados apontados no presente relatório permitem propor a aprovação das Contas de 1990, nos termos do anexo projeto de parecer prévio.

Por fim, gostaria de consignar um elogio à equipe técnica que participou dos trabalhos. Proponho, portanto, um voto de louvor aos senhores JOMAR MACIEL PIRES, titular da 5a. Inspetoria de Controle Externo, JOSÉ CARMO FILHO, Diretor da Divisão de Apoio Técnico, CAIO CÉSAR ALVES TIBÚRCIO SILVA e MARIA MARTA PELICANO RIBEIRO, Analistas de Finanças e Controle Externo; MÁRIO NUNES ATAÍDES, LUCIENE KLEYDE SOUSA MARQUES e GESSÉ CAROLINO DOS SANTOS, Técnicos de Administração Pública.

É o voto.

PROJETO DE PARECER PRÉVIO

O Tribunal de Contas do Distrito Federal, no exercício das competências definidas nos artigos 71, inciso I, e 75 da Constituição Federal, combinados com o art. 31 da Lei nº 91, de 30 de março de 1990, ao apreciar as Contas do Governo do Distrito Federal referentes ao exercício financeiro de 1990, conclui que:

a) os balanços e demais demonstrativos se apresentam de acordo com as normas gerais de Direito Financeiro, especialmente aquelas estabelecidas na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

b) os procedimentos orçamentários, extra-orçamentários, financeiros, patrimoniais e contábeis estão revestidos, em geral, de correção, excetuada a omissão dos registros contábeis dos valores relativos ao Fundo Especial de Habitação - FUNDHAB, criado pelo Decreto-lei nº 768, de 18 de agosto de 1969, e ao Caixa Único do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 9.268/86 e convalidado pelo Decreto-lei nº 2.456, de 22 de agosto de 1988.

A presente apreciação não afeta o exame da responsabilidade de cada um dos administradores dos órgãos e das entidades do Complexo Administrativo do Distrito Federal, cujas contas são objeto de julgamento individual e exclusivo desta Corte, por força do disposto nos artigos 70, parágrafo único, da Constituição Federal e 5º da Lei nº 91, de 30 de março de 1990, e demais normas pertinentes, oportunidade em que eventuais irregularidades serão objeto de decisão específica.

Diante do exposto, ressalvada a impropriedade apontada, este Tribunal é de parecer que as Contas em apreço, relativas ao exercício de 1990, podem ser aprovadas. Exerceram o cargo de Go

vernador do Distrito Federal os Senhores JOAQUIM DOMINGOS RORIZ, no período de 1º de janeiro a 11 de março e WANDERLEY VALLIM DA SILVA, no período de 12 de março a 31 de dezembro de 1990.

Concluída a manifestação do Conselheiro-Relator, o Senhor Presidente colocou a matéria em discussão concedendo a palavra, sucessivamente, aos membros do Plenário presentes:

CONSELHEIRO JOEL FERREIRA DA SILVA

"Senhor Presidente
Senhores Conselheiros
Senhores Auditores deste Tribunal
Senhor Procurador-Geral junto à Corte
Senhores Procuradores
Senhores Secretários de Estado
Demais Autoridades presentes
Outras Autoridades
Senhores Servidores da Casa

Com fulcro no inciso I do artigo 71 e no artigo 75 da Constituição Federal e ainda no artigo 31 da lei nº 91/90, reúne se mais uma vez este Tribunal em sessão especial para apreciação das Contas do Governo do Distrito Federal, relativas ao ano de 1990.

No exercício de 1990, dois Ilustres Homens Públicos dirigiram o Governo do Distrito Federal - os Doutores JOAQUIM DOMINGOS RORIZ e WANDERLEY VALLIM DA SILVA.

Sobre os aspectos técnicos e contábeis, o volumoso processo foi exaustiva, competente e seriamente examinado pelo ilustrado e culto relator, Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, previamente designado pela unamimidade deste Augusto Colegiado.

A Sua Excelência coube a honrosa, porém difícil tarefa de verificar, com sua competente equipe, todos os ângulos e detalhes das contas do governo referentes ao 1990.

Maiores foram as preocupações do eminente relator, porque os prazos legais se exauriam e a necessária documentação não adentrava nesta Corte. Mais de uma vez, este Tribunal atendeu solicitação do Senhor Governador no sentido da prorrogação de prazo para a completa entrega de toda documentação. Cremos que isto se deveu por haver o Senhor Governador, Doutor JOAQUIM DOMINGOS RORIZ, assumido o honroso mandato poucos dias antes da obrigação legal de encaminhar tais contas a esta Casa, acrescido , ainda, de tratar-se de responsabilidade de dois governadores. Todos nós deste Plenário participamos das preocupações de Sua Excelência, o Ilustre Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, porque, no final, a alta responsabilidade é do Tribunal.

Finalmente, aqui estamos a apreciar o bem elaborado relatório do competente relator.

Como anteriormente dito, a Sua Excelência coube o exame minucioso de toda documentação. A nós outros, uma análise mais amenda, porque facilitada pelo extenuante trabalho do Relator e sua equipe.

Nesse exame superficial a que nos referimos, deparamo nos com dados (fls. 55, 70/71) que demonstram maiores investimentos no setor educacional por parte do governo no período de 1990.

Isto é bom. entende-se que dentro da multiplicidade dos problemas que atormentam qualquer governante há que serem eleitas prioridades. Tais prioridades certamente variam de estado para estado.

Entendemos que o Distrito Federal é uma unidade da federação atípica, diferente, especial. Aqui, temos a idéia de que saúde pública estaria em primeiro lugar; educação estaria em segundo e a área social viria a seguir.

Acompanhamos os esforços do Governo Distrital no sentido de ordenar o caos urbano de há muito existente no Distrito Federal, oferecendo condições melhores de moradias com cessão de lotes em áreas semi-urbanizadas e, pessoalmente, achamos que se nao houver um paradeiro no processo migratório para o Distrito Federal, além de ser distorcida a idéia básica de seus idealizadores, brevemente será tormentoso e sacrificial aqui residir. Se juntarmos todo o orçamento desta unidade federada atípica, e por isto especial, para empregá-la somente neste setor de assentamentos, ainda nada significará. Estas consideração são pessoais; neste ponto não falamos pelo Tribunal; não conhecemos sua posição e entendemos que o órgão não deverá manifestar-se nestes termos. O desagrado que este problema nos causa força-nos a dizer verdades mais duras. É difícil vermos o Distrito Federal ser sacrificado sem poder dizer que isto seja criminoso.

Vemos que o Governo e o Governador do Distrito Federal a tudo está atento, mas temos convicção absoluta de que esta tarefa não é apenas do Governo local. Há que haver esforços conjugados dos governos do Distrito Federal e da União. Esforços representados em vontade política, decisões corajosas e firmes sem receios de melindres políticos ou de contrariar interesses menores.

No exame a que cada um dos nobres membros deste Plenário realizou no processo, constatou-se o zelo e a dedicação do relator. Para dizer deste relatório, em nome dos demais membros da Corte, pela única razão de sermos o mais antigo, designou-nos o Tribunal para esta facilitada tarefa.

Facilitada pelo esforço do relator; facilitada por tratar-se de contas apresentadas por dois insignes e probos Governadores; facilitada por falarmos para doutos no assunto. Às nossas mãos chegou um trabalho concatenado, explicado e por isto convicente. Verificamos pequenas e apenas formais falhas que em absoluto deslustram os responsáveis pelas contas. São detalhes que só os iniciados nos caminhos dos números e minúcias podem enxergar. Como o médico que procura com interesse encontrar a causa da doença de seu paciente. Assim este Tribunal, por imperioso dever contitucional, busca alcançar a perfeição nos elementos que examina.

Mais necessário que o médico para cuidar da saúde é o Tribunal de Contas para zelar pelo patrimônio do povo. Nada mais agradável para aquele, poder declarar ao seu paciente que tudo está bem; sua saúde está normal.

Assim, para os que têm a distinta honra de integrar o Tribunal de Contas, muita satisfação causa poder dizer aos que manipulam bens e recursos públicos que tudo está correto. Árdua e por vezes pouco entendida são as atribuições do Tribunal de Contas, mas foi para cumprir este mister que ele foi criado e por isto é que todas as constituições o preservou e o respeitou; mesmo as cartas dos regimes de exceção. Por último, a Constituição de 1988 sublimou este sentinela à defesa dos mais altos interesses do povo.

No Brasil, o Tribunal de Contas é centenário, no universo é milenar. Mesmo nos idos em que o fio do bigode era aval bastante, ainda aí, o Tribunal de contas atuava como guardião dos interesses públicos, e hoje poucos são os administradores que podem avalisar seus atos com correção e lisura.

Finalizamos estas palavras proferidas em nome desta Corte, parabenizando o ilustrado Conselheiro RONALDO COSTA COUTO. Seu trabalho é digno de exaltação. Técnica e contabilmente irrepará vel, inteligente e compreensível.

Por último, um aviso: esta decisão não ampara a responsabilidade de cada um dos administradores dos órgãos e das entidades do complexo administrativo do Distrito Federal. As contas destes hão de ser julgadas individual e exclusivamente, ao seu tempo, por esta Corte.

Aos Governadores, Doutores JOAQUIM DOMINGOS RORIZ e WANDERLEY VALLIM DA SILVA, os cumprimentos desta Casa por haverem merecido a aprovação de suas contas.

É com satisfação que acolho o bom trabalho do nobre Relator e voto com Sua Excelência pela aprovação do parecer prévio ora apresentado.

A palavra derradeira cabe à Augusta Câmara Legislativa do Distrito Federal. Ela é o poder político; a representação do povo do Distrito Federal."

CONSELHEIRO JOSÉ EDUARDO BARBOSA

"Quero congratular-me com o ilustre Conselheiro RONALDO COSTA COUTO pelo nível excepcional do trabalho com que nos brinda, ao desincumbir-se da mais nobre das tarefas compreendias na competência constitucional desta Corte de Contas.

O minudente relato produzido por S. Exa. é demonstração clara e inequívoca da serenidade com que recebeu a árdua missão de relatar as contas do Governo do Distrito Federal, alusivas ao exercício findo em 31/12/90, com vistas à emissão do competente Parecer Prévio, afeto a este Tribunal.

Acolho, pois, as conclusões do relatório e VOTO pela aprovação do pareeer, com as ressalvas nele indicadas, e da nota de louvor aos eficientes e dedicados servidores, nucleados na 5a. Inspetoria de Controle Externo, que assessoraram o insigne Conselheiro RONALDO COSTA COUTO na realização deste trabalho."

CONSELHEIRO JORGE CAETANO

"Cumprimento o digno Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, a quem externo, nesta oportunidade, o meu mais profundo respeito pelo excelente trabalho desenvolvido. No entanto, considerando que as contas em apreciação referem-se a período em que tive a honra de participar da equipe de Governo do Distrito Federal, como Secretário de Administração, declaro-me impedido de manifestar meu voto."

CONSELHEIRO-SUBSTITUTO FRANCISCO MARTINS BENVINDO

"Diante da documentação e dos relatórios que foram enminhados ao Tribunal, cumprimento o eminente relator pelo seu brilhante relatório apresentado e voto no sentido de aprovação do seu projeto de Parecer Prévio."

CONSELHEIRO-SUBSTITUTO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

"Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal
Senhores Conselheiros
Senhora Procuradora-Geral, em exercício
Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
Senhor Chefe do Gabinete Civil, representando S. Exa. o Senhor Governador do Distrito Federal
Senhor Presidente do Superior Tribunal Militar
Senhores Deputados
Senhores Secretários de Estado
Demais Autoridades
Senhoras e Senhores

O nobre Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, designado na forma regimental, na Sessão de 1º de fevereiro de 1990, para relator das Contas do Governo do Distrito Federal, no exercício financeiro de 1990, acaba de nos brindar com um Relatório tecnicamente perfeito... o que não nos surpreende. Por intermédio desta valiosa peça, o Egrégio Plenário do Tribunal de Contas do Distrito Federal oferecerá o seu Parecer Prévio sobre as referidas contas, cujo julgamento cabe exclusivamente à Câmara Legislativa, ante o que dispõe o art. 49, inciso IX, da Constituição Federal, a ser, sem dúvida, transposto para a nova Lei Orgânica do Distrito Federal, em fase de elaboração.

É muito comum uma certa confusão, principalmente por parte da imprensa não-especializada, quando da apresentação dos Relatórios e Pareceres Prévios por parte dos Tribunais de Contas. O fenômemo ocorre mesmo na área do Tribunal de Contas da União, onde, segundo a Constituição Federal tal Parecer Prévio é referido Textualmente como sendo sobre as contas do Presidente da República (CF, art. 71, inciso I). Na verdade, nem o Presidente da República, nem os Governadores dos Estados-Membros, agem diretamente como Ordenadores de Despesas. Detêm eles, sob a ótica estritamente orçamentário-financeira, o indelegável "munus" público de orientar os gastos do Poder Executivo. Devem, no entanto, obedecer à programação que lhe traçaram os membros do Poder Legislativo por meio da Lei do Orçamento, verdadeiro Ato-Condição para a realização das receitas e despesas públicas. A desobediência ao orçamento aprovado pode redundar em CRIME DE RESPONSABILIDADE, capitulado no art. 85, inciso VI, da Constituição Federal. A própria Constituição Federal (art. 52, I e seu parágrafo único) traça os procedimentos básicos para tal julgamento, a cargo do Poder Legislativo. A Lei Federal nº 1079, de 10 de abril de 1950 explicita as etapas do processo correspondente.

O Relatório que acaba de ser apresentado é, pois, o subsídio técnico desta Corte de Contas à Colenda Câmara Legislativa, para que esta possa exercitar seu controle político sobre as atividades da Administração (leia-se Poder Executivo) sujeita que está ao princípio constitucional da prestação de contas, referido no artigo 34, inciso VII, alínea d, da Constituição Federal, mas indissociável do Estado Democrático de Direito que nos governa desde 5 de outubro de 1988.

É bom que se registre, os auxiliares diretos e indiretos do Senhor Governador, no exercício de 1990, como os Senhores Secretários de Estado e demais dirigentes de órgãos ou entidades do Distrito Federal, desde que tenham pessoalmente ordenado quaisquer despesas, terão suas contas individualmente analisadas e julgadas, privativamente, por esta Corte de Contas sob a ótica da legalidade, da legitimidade e da economicidade dos gastos, posto que "prestará contas qualquer pessoa física ou entidade que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais" o Distrito Federal "responda, ou quem em nome deste, assuma obrigações de natureza pencuniária" (CF, art. 70, parágrafo único).

Por último, mas não de menos importância, é de se destacar que a nova Constituição Federal introduziu no cenário da pública administração brasileira, inovações fundamentais no que se refere à abrangência dos orçamentos. O novo dispositivo constitucional de controle e fiscalização dos negócios públicos demonidado LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS-LDO é, sem dúvida, a mais feliz das idéias para se resgatar os orçamentos públicos como instrumentos de gerência, supridores de informações para a adoção de políticas públicas mais adequadas às condições conjunturais da economia nacional, das finanças públicas e dos justos anseios sociais da população.

Os orçamentos públicos, que ultimamente não passavam de mera "ficção legal" pelo desvirtuamente progressivo a que vinham sendo submetidos, com a lei de Diretrizes Orçamentárias, que "orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento" (CF, art. 165, § 2º), voltarão a ter a importância que nunca deveriam ter perdido, recebendo a valiosa contribuição do Poder Legislativo, com o que mais se aproximarão dos anseios e aspirações populares.

A propósito, conforme destacou o nobre Relator a fls. 42-43 de seu primoroso Relatório, as despesas com PESSOAL ao atingirem 77,89% das Receitas Correntes, não se comportaram, mais uma vez, dentro dos limites Constitucionais fixados (art. 169), ou seja, 65% das Receitas Correntes, nem foi possível, conjuntamente, adequá-las ao que preceitua o art. 38, do ADCT: redução do percentual excedente à razão de um quinto por ano. Acresça-se a isto o fato de que neste exercício de 1991, as Contas do Governo do Distrito Federal, na rubrica PESSOAL, deverão ser incrementadas com os gastos específicos decorrentes da implantação da Câmara Legislativa já estão sendo examinadas, no âmbito do Poder Executivo e desta Corte de Contas, propostas relacionadas com a matéria (cfr. fls. 43 do Relatório), mas, sem dúvida, é a LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, a ser votada ainda este ano para orientar a elaboração do Orçamento do Distrito Federal para 1992, que examinará a matéria com mais propriedade e profundidade.

Como podem perceber Vossas Excelências, Senhor Presidente, Senhores Conselheiros, Senhores Deputados, Senhores Secretários de Estado, demais Autoridades presentes, a atividade administrativa é

árdua, mas não menos árida é a atividade de legislar e de controlar a execução do que se autorizou executar. É preciso que tenhamos consciência da enorme responsabilidade que é de todos e de cada um nesse processo. É preciso que ajamos de forma harmônica e complementar, sem vaidades e sem egoísmos mesquinhos, que nos demos as mãos para fazer do Distrito Federal um ponto de referência para a convivência humana, tornando-o, quem sabe, um modelo a ser seguido pelo resto do País.

Com estas observações, renovo meus sinceros e merecidos elogios ao nobre Relator, Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, rogando-lhe que os faça estender à sua operosa equipe, registrando, com prazer, que acompanho integralmente as conclusões a que chegou o ilustre Relator."

Colhidos os votos dos Senhores membros do Plenário, o Tribunal, nos termos dos dispositivos constitucionais, legais e regulamentares, deliberou, por unaninidade, acolher para aprovar o Relatório e o Projeto de Parecer Prévio oferecidos à deliberação do Plenário pelo Conselheiro-Relator das Contas, bem como o voto de louvor antes proposto.

O Senhor Presidente, retomando a palavra, juntou ao seu agradecimento às autoridades presentes, mais o seguinte:

" Como bem ressalta o ilustre relator destas contas e como também já havia sido, de início, por mim destacado, o Tribunal, nesta sessão, exercita uma se suas mais nobres atribuições. Talvez mesmo a mais nobre porque, através das contas, analisa com profundidade os passos de um administração que se estende por um exercício inteiro, neste caso dividido em dois períodos distintos, já que dois governadores estiveram à frente dos destinos do Distrito Federal no ano de 1990.

As contas do governo se constituem em atividade da melhor técnica. Nela se ajustam os registros contábeis da execução de um orçamento e de um patrimônio que retrata as variações dessa execução.

A exigência de que o poder público preste suas contas faz, também, nascer ínsita a necessidade da criação de um órgão específico que possa apreciá-las com isenção e independência. Este órgão recebeu a denominação de Tribunal de Contas.

A posição constitucional, hoje, dos Tribunais de Contas é a de auxiliar do Poder Legislativo no exercício do controle externo que lhe compete.

A expressão órgão auxiliar, diante da ambiguidade do termo, prestou-se, de início, a sérias divergências, ainda não totalmente superadas, prevalecendo, contudo, a exegese correta de que o vocábulo auxiliar, nesses textos, não significa órgão subordinado, dependente, vinculado ou mesmo ancilar.

Nem poderia ser por outra forma, já que a idéia de vinculação repele a autonomia e a independência que as contituições asseguram às Cortes de Contas.

As Cartas Brasileiras, desde a de 1934, vêm dando aos Tribunais de Contas definições diferenciadas, embora ofertando-lhes crescente prestígio, à vista mesmo de sua importância no sistema de controle.

Com a Constituição de 1988, não só foram preservados o mesmo perfil institucional e as prerrogativas do Tribunal de Contas, como suas atribuições foram substancialmente acrescidas. A grande inovação, porém, é que a ter ele uma composição mista, formada de representantes dos Poderes Legislativo e Executivo, conferindo-lhe representação popular.

Observe-se que nenhuma das Constituições do Brasil utiliza o termo auxiliar, que é de origem infraconstitucional. A locução empregada por todas as constituições é com o auxílio de, o que dá o preciso significado de sua posição.

São ainda plenamente válidos os ensinamentos de nossos clássicos.

Rui Barbosa, seu inspirador e criador na República, traçou assim a fisionomia do Tribunal de Contas:

"...um mediador independente, posto de permeio entre o poder que autoriza periodicamente a despesa e o poder que cotidianamente a executa, que comunicando com a legislatura e intervindo na adminstração..."

Posto de permeio! eis a imortal colocação de Rui, no quadro das instituições republicanas, ante a tradicional divisão dos poderes.

Castro Nunes, o grande jurista por todos conhecido, com a experiência e a laúrea de ter sido Ministro do Supremo Tribunal Federal e Ministro do Tribunal de Contas, situando a verdadeira dimensão do Tribunal de Contas, mesmo recusando sua qualificação judiciária, assim se expressou:

"As Cortes de Contas não são delegações do parlamento, são orgãos autônomos e independentes".

As contas também dizem muito da atuação de um controle interno que deve propiciar eficácia ao controle externo, este na sua competência de realizar auditorias e inspeções, julgar as contas de cada um dos ordenadores de despesa, determinar medidas corretivas com aplicação de penalidades a responsáveis por irregularidades, acompanhar a execução de contratos e convênios, responder a consultas das autoridades mais altas, alertar os administradores por falhas a corrigir, formular advertências sobre a necessidade de amparo legal para determinados procedimentos e julgar atos de aposentadorias, reformas e pensões.

Valendo-me de oportuna sugestão feita pelo ilustrado Ministro HOMERO SANTOS - relator das contas do Governo da República relativas a 1990 - permito-me encarecer do Poder Executivo local que estruture adequadamente o seu controle interno e, na mesma linha de raciocínio do Ministro, subordinando-o diretamente ao Governador para que os profissionais da área possam agir com independência e sem ingerências, dado que os integrantes do controle interno devem estar "amparados por meios e formas adequadas que os preservem de constrangimentos e coerções hieráquicas no exercício da obrigação constitucional (art. 74, § 1º) de dar ciência ao Tribunal de Contas quando tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, sob pena de responsabilidade solidária".

Nesta ocasião, há que se registrar, ainda, a preocupação que deve nortear quem elabora e quem aprova a "macro" política econômica de uma nação ou estado, ao qual se equipara o Distrito Federal, tendo em vista documentos importantíssimos que devem revestir-se de total transparência, com o objetivo de permitir ao administrador e ao controle, através da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Público, vislumbrar a priorização de recursos buscando acima de tudo o bem-estar social, com o que representa o retorno daí decorrente.

Não poderia deixar de congratular-me com o Conselheiro RONALDO COSTA COUTO pelo trabalho apresentado como relator de matéria, ainda que tal fato não me tenha causado nenhuma surpresa. No convívio diário mantido com ele nesta Casa, aprendi a admirar seu profundo conhecimento da coisa pública e seu alto senso de equilíbrio diante das questões que lhe são postas. Tais qualidades, mescladas em uma só pessoa, somente poderiam causar a excelência do trabalho elaborado pelo ilustre Conselheiro.

À equipe da 5a. Inspetoria de Controle Externo, que a cada exercício se desdobra diuturnamente para que os prazos fixados possam ser cumpridos, também os meus sinceros agradecimentos.

Finalmente, Gostaria de consignar que a análise das contas demonstra que as receitas próprias do Distrito Federal são ainda pequenas, o que gera elevada dependência do poder central. As transferências recebidas da União para que a prestação de serviços essenciais possa ser viabilizada, exige do Governo local um correto planejamento, uma vez que o fluxo e a periodicidade dessas transfe-

rências nao se incluem, necessariamente, no poder de ação do Governo do Distrito Federal.

Ainda que se compreenda a situação singular de Brasília no contexto nacional, por sua condição de cidade tipicamente administrativa, com alta concentração de autoridades requerendo a interação dos governos federal e local, penso que a procura de caminhos que tornem mais equilibrado o conjunto das receitas deverá ser sempre e daqui por diante, meta perene dos governantes.

As contas hoje examinadas têm um perfil de regularidade e as poucas imprecisões anotadas não comprometem sua aprovação. Cumpre registrar, todavia, que a decisão hoje tomada não alcança os demais ordenadores de despesa, cujas contas são apreciadas em processos especificamente formados para esse fim

Agradeço, mais uma vez, a presença dos que aqui compareceram para, emprestando seu prestígio, oferecer o brilho que a solenidade merecia, a qual neste momento, dou por encerrada."

Nada mais havendo a tratar, às 17:50 horas, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão. E, para constar, eu, EDILSON BORBA SANTOS, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata, que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros, Conselheiros-Substitutos e Procuradora-Geral em exercício.

FREDERICO AUGUSTO BASTOS
Presidente

JOEL FERREIRA DA SILVA
Conselheiro

JOSÉ EDUARDO BARBOSA
Conselheiro

RONALDO COSTA COUTO
Conselheiro-Relator

JORGE CAETANO
Conselheiro

FRANCISCO MARTINS BENVINDO
Conselheiro-Substituto

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro-Substituto

CLÁUDIA FERNANDA DE O. PEREIRA
Procuradora-Geral em exercício

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Nº 2757

Aos 25 dias do mês de julho de 1991, às 15:00 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros JOSÉ EDUARDO BARBOSA, RONALDO COSTA COUTO e JORGE CAETANO, os Conselheiros-Substitutos FRANCISCO MARTINS BENVINDO e JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS e a Procuradora-Geral em exercício Dra. CLÁUDIA FERNANDA DE O. PEREIRA, o Presidente, Conselheiro FREDERICO AUGUSTO BASTOS, declarou aberta a sessão.

E X P E D I E N T E

Foi aprovada a Ata da Sessão Ordinária nº 2756.

J U L G A M E N T O S

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ EDUARDO BARBOSA

PROCESSO Nº 0730/87 - Contrato nº 049/86 celebrado entre a Fundação Educacional do Distrito Federal e a firma CAEL - Construções, Engenharia e Projetos Ltda.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) relevando a falha apontada na instrução, tomar conhecimento do Ofício nº 095/91 e da documentação que o acompanha, considerando parcialmente cumprida a diligência transmitida através do Ofício GP nº 099/91; b) tomar conhecimento da defesa apresentada pela servidora MARIA DA GRAÇA PORFÍRIO MUNDIM BRITO para, no mérito, dar-lhe provimento; c) dar ciência à FEDF do contido na alínea anterior; d) solicitar àquela Fundação que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe à Corte o atual estágio da ação de indenização por perdas e danos impetrada contra a empreiteira CAEL - Construções, Engenharia e Projetos Ltda.

PROCESSO Nº 1825/89 - Aposentadoria do servidor INÁCIO LOPES CAVALCANTE;

PROCESSO Nº 3200/89 - Aposentadoria do servidor LEONIDAS RAIMUNDO FERREIRA.

- Cumpridas satisfatoriamente diligências ordenadas, o Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tendo em conta os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais, para fins de registro, as aposentadorias.

PROCESSO Nº 2211/91 - NE nº 021/91-SAP e outras.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento e considerou correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 2507/91 - Convênio nº 006/91 e outros ajustes, celebrados entre a Fundação Educacional do Distrito Federal e diversos.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento dos pactos e determinou o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 3587/91 - Relatório de Inspeção Especial realizada na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal, a teor do disposto no art. 120, parágrafo único, do Regimento Interno.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo à Procuradoria-Geral, solicitando o competente parecer.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO RONALDO COSTA COUTO

PROCESSO Nº 0858/75 - Revisão dos proventos da reforma do Soldado PM CARMELITO ANDRADE FARIA;

PROCESSO Nº 2948/78 - Revisão dos proventos da reforma do 2º Sargento PM ELIFAS LEVI SOARES.

- Cumpridas satisfatoriamente diligências ordenadas, o Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tendo em conta os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais, para fins de registro, as revisões.

PROCESSO Nº 1762/90 - Relatório de inspeção programada levada a efeito na Polícia Militar do Distrito Federal com o objetivo de examinar os atos de gestão ali praticados no período de janeiro/89 a março/90.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do Ofício nº 059/91, considerando cumprida a diligência transmitida através do Ofício GP nº 2273/90; b) determinar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 5283/90 - NE nº 672/90-SLU e outras.- Cumprida satisfatoriamente diligência ordenada, o Tribunal, de acordo com o voto do Relator, considerou correta a classificação da despesa relacionada com a Nota de Empenho nº 682/90-SLU.

PROCESSO Nº 0583/91 - Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 001/91 celebrado entre a Companhia Imobiliária de Brasília e a firma MÉTODO - Empreendimentos de Engenharia Ltda.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do citado aditivo.

PROCESSO Nº 0984/91 - Ata da 88a. reunião e outras, de órgãos colegiados da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do Ofício nº 128/91-DS e do documento que o acompanha, considerando cumprida a diligência transmitida através do Ofício GP nº 618/91; b) determinar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 1580/91 - Contrato nº 2246/91 celebrado entre a Companhia de Água e Esgotos de Brasília e a firma Construtora

Norberto Odebrecht S/A.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo à Procuradoria-Geral, solicitando o competente parecer.

PROCESSO Nº 2937/91 - Reforma do Soldado PM ROBERTO LUIZ FERREIRA.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, determinou diligência, fixando o prazo de 60 (sessenta) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 2702/91 - Representação nº 004/91, que põe em destaque o Edital nº 081/91-IDR, dispondo sobre "CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE ASSISTENTE BÁSICO EM SERVIÇOS SOCIAIS".- O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) determinar ao Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos a anulação do Edital nº 081/91 e demais atos conseqüentes, renovando a abertura do concurso com observância das instruções constantes das letras a e b do item 16 do Parecer do Ministério Público de fls. 67; b) sugerir ao IDR que observe prazo mínimo de 05 (cinco) dias úteis entre a data de publicação e a abertura das inscrições. Vencido o Conselheiro Substituto FRANCISCO MARTINS BENVINDO, favorável ao intervalo mínimo de 15 (quinze) dias entre a data de publicação e a de abertura das inscrições, conforme o sugerido no parecer do Ministério Público, folhas 67, alínea a, prazo este ratificado em manifestação verbal da Procuradora-Geral em exercício, Dra. CLÁUDIA FERNANDA DE O. PEREIRA.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JORGE CAETANO

PROCESSO Nº 4819/90 - NE nº 599/90-CBMDF e outras.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do Ofício nº 623/91-CBMDF, dando por cumprida a diligência ordenada através do Ofício GP nº 671/91; b) considerar correta a classificação das despesas a que se referem as Notas de Empenho de nºs 605 e 607/90-CBMDF.

PROCESSO Nº 5299/90 - Contrato nº 127/90 e outros, celebrados entre a Companhia Imobiliária de Brasília e diversos.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do Ofício nº 307/91-PRESI e do documento que o acompanha, considerando cumprida a diligência transmitida através do Ofício GP nº 716/91, com relevação da falha apontada na instrução; b) determinar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 5305/90 - Contrato nº 093/90 e outros, celebrados entre o Banco de Brasília S/A e diversos.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do Ofício nº 161/91-PRESI e dos documentos que o acompanham, considerando cumprida a diligência ordenada através do Ofício GP nº 800/91, com relevação da falha apontada na instrução; b) determinar o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 1172/91 - NE nº 143/90-RA-X e outras.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) considerar correta a classificação das despesas constantes das Notas de Empenho de nºs 143 e 183/90-RA-X, e tomar conhecimento das Notas de Empenho de nºs 464, 597 e 616/90-SEF; b) dar ciência à Secretaria da Fazenda do Distrito Federal da impropriedade da destinação de recursos do FUNDEFE para a construção de cercas de arame farpado no Parque e na Reserva Ecológica do Guará - NEs nºs 464 e 496/90-SEF, dado que as obras/serviços não se enquadram nas hipóteses dos subprojetos 1040 e 1043, previsto no plano de aplicação daquele Fundo no exercício de 1990; c) fazer à Administração Regional do Guará-RA-X e ao Instituto de Ecologia e Meio Ambiente-IEMA/SEMATEC a recomendação indicada no item III do referido voto a fls. 141.

PROCESSO Nº 1184/91 - NE nº 001/91-SAP e outras.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento e considerou correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 2612/91 - Contratos de nºs 007, 008 e 010/91 celebrados entre o Banco de Brasília S/A e a firma PROCOMP - Indústria Eletrônica Ltda.- O Tribunal, tomando conhecimento dos citados ajustes, determinou diligência, a ser cumprida no prazo de 60 (sessenta) dias, para os fins indicados no voto do Relator a folhas 44-45.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO-SUBSTITUTO FRANCISCO MARTINS BENVINDO

PROCESSO Nº 3080/87 (apenso: Proc. nº 040.001740/90) - Tomada de contas especial instaurada para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens patrimoniais não localizados em levantamento físico realizado na Administração Regional de Ceilândia.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo à Procuradoria-Geral, solicitando o competente parecer.

PROCESSO Nº 0102/89 (apenso: Processo nº 1563/89) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação do Serviço Social do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, ocorrido no Centro de Desenvolvimento Social de Sobradinho. - O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomando conhecimento dos resultados das apurações em apreço, julgar irregulares as contas, sem imputação de débito, por ausência de culpa das servidoras nominadas a fls. 49; b) tomar conhecimento da defesa apresentada a fls. 33-35 para, no mérito, dar-lhe provimento, considerando as mencionadas servidoras liberadas de responsabilidade, neste caso, com as baixas respectivas; c) determinar o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 0115/89 (apenso: Processo nº 1387/89) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, ocorrido na Escola Classe 01 do Paranoá.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos requerimentos apresentados pelos servidores nominados na alínea a do referido voto a fls. 59 para deferi-los; b) ordenar o encaminhamento à FEDF dos demonstrativos do débito desses servidores para que seja averbado o respectivo desconto em folha de pagamento de forma parcelada, desde que se atualize o débito remanescente a cada parcela.

PROCESSO Nº 0543/89 (apenso: Processo nº 2082/89) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, verificado na Escola Classe 10 de Taguatinga.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, decidiu: a) tomando conhecimento dos resultados das apurações em apreço, julgar irregulares as contas; b) tomar conhecimento também da defesa apresentada pelo servidor SATIRO XAVIER DE MIRANDA, para negar-lhe provimento e, de acordo com o art. 172, § 3º, do Regimento Interno, imputar-lhe o valor do débito apurado nos autos; c) em caráter excepcional, e por economicidade, ordenar, desde logo, à FEDF que, no prazo de 30 (trinta) dias, mediante prévio aviso ao interessado, providencie a averbação em folha do valor atualizado do débito para o respectivo desconto do salário do nominado servidor; d) autorizar a inclusão do processo em roteiro de inspeção para que se verifique o efetivo cumprimento da determinação a que se refere a alínea anterior.

PROCESSO Nº 1353/89 (apenso: Processo nº 2046/89) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem, ocorrido na Escola Classe 41 de Ceilândia.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta em parte o parecer da Procuradoria-Geral, decidiu: a) tomar conhecimento das defesas apresentadas pelos servidores nominados a fls. 101 para, no mérito, dar-lhes provimento, ordenando, em conseqüência, a baixa nas responsabilidades respectivas; b) julgar irregulares as contas, sem imputação de débito; c) ordenar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 2702/89 (apenso: Proc. nº 062.000279/90) - Tomadas de contas especiais realizadas pelo Instituto de Saúde do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, decidiu: a) relevando o atraso verificado na remessa da TCE correspondente ao Processo de nº 062.000279/90, tomar conhecimento dos expedientes de nºs 472/90-GAB/SES e 080/90-GAB/ISDF, considerando parcialmente cumpridas as diligências ordenadas através dos Ofícios GP de nºs 392 e 1469/90; b) determinar diligência, a ser cumprida no prazo de 30 (trinta) dias, para os fins indicados no item b do referido voto a fls. 52-53; c) nos termos do art. 172 do Regimento Interno, ordenar a citação dos

servidores nominados a fls. 53 para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentarem defesa quanto ao débito que lhes está sendo atribuído nos autos ou, se preferirem, recolherem, desde já, o seu valor devidamente atualizado.

PROCESSO Nº 3871/89 (apenso: Processo nº 1088/90) - Tomada de contas especial realizada por esta Corte de Contas para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua propriedade.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta em parte o parecer da Procuradoria-Geral, decidiu: a) nos termos do artigo 172, § 3º, do Regimento Interno, considerar os servidores nominados a fls. 48, solidariamente, em débito com o DF, no valor apurado nos autos; b) observado o prazo para interposição de recurso, ordenar, com base no art. 175 do mesmo Regimento, a notificação dos mencionados servidores para, no prazo de 30 (trinta) dias, recolherem o valor do débito, com os acréscimos legais pertinentes; c) determinar a devolução do veículo ao GDF para posterior desincorporação, na forma prevista nos artigos 47, § único, alínea a, e 48, do Decreto local nº 10.949/87; d) determinar a baixa do processo à 1a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 2469/90 (apenso: Proc. nº 050.001448/90) - Tomada de contas especial realizada pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo prejuízo causado ao patrimônio do DF em decorrência do furto do veículo VW/SEDAN, ano 1984, placa FO-5266;

PROCESSO Nº 4951/90 - Tomada de contas especial realizada pela Companhia Imobiliária de Brasília para apurar responsabilidades por possível prejuízo causado à Companhia pela conduta desidiosa do seu advogado VICENTE AUGUSTO JUNGMANN em ação de retrovenda por ela promovida.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tendo em conta os pareceres da Procuradoria-Geral, ordenou, nos termos do art. 172 do Regimento Interno, a citação dos servidores nominados nos referidos votos para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentarem defesa ou recolherem, desde logo, o valor atualizado dos débitos que lhes é imputado nos autos.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO-SUBSTITUTO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

PROCESSO Nº 1911/90 - Tomada de contas especial realizada pela Sociedade de Abastecimento de Brasília para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem, ocorrido no Supermercado Vizinhança - SUV-09;

PROCESSO Nº 3745/90 - Tomada de contas do ordenador de despesas da Secretaria de Comunicação Social do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1989;

PROCESSO Nº 4165/90 - Tomada de contas dos agentes de material da Secretaria de Agricultura e Produção do Distrito Federal, referente ao exercício de 1989;

PROCESSO Nº 4170/90 - Tomada de contas dos agentes de material da Secretaria da Educação do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1989;

PROCESSO Nº 4279/90 - Tomada de contas dos agentes de material do Instituto de Saúde do Distrito Federal, correspondente ao exercício de 1989;

PROCESSO Nº 4841/90 - Tomada de contas dos agentes de material da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1989.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, decidiu enviar os processos à Procuradoria-Geral, solicitando os competentes pareceres.

PROCESSO Nº 4270/90 - Tomada de contas do agente de material da Secretaria de Cultura e Esporte do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1989.- O Tribunal determinou diligência, a ser cumprida no prazo de 30 (trinta) dias, para os fins indicados no voto do Relator a fls. 42.

OUTROS ASSUNTOS

Encerrada a fase de julgamento de processos e franqueada a palavra, dela fez uso o Conselheiro RONALDO COSTA COUTO para, na qualidade de Relator das Contas do Governo do Distrito Federal, versão 1990, comunicar ao Plenário que o seu Relatório estará concluído na próxima semana.- Por proposta do Senhor Presidente, o Tribunal determinou que a Sessão Especial para a apreciação do Relatório e Parecer Prévio sobre as referidas contas seja realizada no próximo dia 31 do corrente mês, quarta-feira, às 16:00 horas.

Nada mais havendo a tratar, às 17:25 horas, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão. E, para constar, eu, EDILSON BORBA SANTOS, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata, que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros, Conselheiros-Substitutos e Procuradora-Geral em exercício.

FREDERICO AUGUSTO BASTOS
JOSÉ EDUARDO BARBOSA
RONALDO COSTA COUTO
JORGE CAETANO
FRANCISCO MARTINS BENVINDO
JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
CLÁUDIA FERNANDA DE O. PEREIRA

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Nº 2758

Aos 30 dias do mês de julho de 1991, às 15:00 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros JOSÉ EDUARDO BARBOSA, RONALDO COSTA COUTO e JORGE CAETANO, os Conselheiros-Substitutos FRANCISCO MARTINS BENVINDO e JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS e a Procuradora-Geral em exercício Dra. CLÁUDIA FERNANDA DE O. PEREIRA, o Presidente, Conselheiro FREDERICO AUGUSTO BASTOS, declarou aberta a sessão.

E X P E D I E N T E

Foi aprovada a Ata da Sessão Ordinária nº 2757.

J U L G A M E N T O S

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ EDUARDO BARBOSA

PROCESSO Nº 2268/85 - Pensão especial concedida à Senhora EDUVIRGENS ALEXANDRE DA CUNHA;

PROCESSO Nº 1194/86 - Pensão especial concedida à Senhora ELSY ALVES DE SOUSA e outros.

- Cumpridas satisfatoriamente diligências ordenadas, o Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tendo em conta os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais, para fins de registro, as concessões.

PROCESSO Nº 3507/89 - Aposentadoria da servidora CELESTINA FRANCISCA BORBA DA SILVA;

PROCESSO Nº 0283/90 - Aposentadoria do servidor EDSINO LOULY CAMPOS.

- Cumpridas satisfatoriamente diligências ordenadas, o Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tendo em conta os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais, para fins de registro, as aposentadorias.

PROCESSO Nº 4019/90 - Aposentadoria da servidora HELENA TAKIS DA COSTA.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO Nº 4182/90 - NE nº 427/90-CBMDF e outras.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomando conhecimento do

Ofício nº 716/91-CBMDF-DiF, considerou satisfatoriamente cumprida a diligência ordenada através do Ofício GP nº 937/91.

PROCESSO Nº 0392/91 (apenso: Proc. nº 082.010918/90) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, ocorrido na Escola Parque 308 Sul.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo à Procuradoria-Geral, solicitando o competente parecer.

PROCESSO Nº 2458/91 - Ata da 1022a. reunião e outras, de órgãos colegiados do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomando conhecimento das mencionadas atas, determinou o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 2608/91 - Contratos de nºs 008 e 020/91 celebrados entre a Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda. e as firmas Indústria Villares S/A e COMAT - Comércio e Representações Ltda., respectivamente.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomando conhecimento dos citados ajustes, determinou o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 605/91 - NE nº 045/90-SCS e outras.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, relevando a falha apontada na instrução, tomou conhecimento e considerou correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 2660/91 - NE nº 052/91-SAP e outras;

PROCESSO Nº 4006/91 - NE nº 654/91-SAP e outras.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tomou conhecimento e considerou correta a classificação das despesas.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO RONALDO COSTA COUTO

PROCESSO Nº 3161/88 - Aposentadoria da servidora MARIA NOIMAN MOURÃO E MELO.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, determinou diligência, fixando o prazo de 30 (trinta) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 1550/90 - Contrato nº 024/89 celebrado entre a Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda. e a firma QGT - Empreendimentos e Construções Ltda.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento da defesa apresentada pelo Sr. Presidente da SHIS, consubstanciada no OF/SHIS/GP nº 507/91 e anexos, para no mérito negar-lhe provimento; b) relevando a falha apontada no item II de fls. 97, determinar diligência, a ser cumprida no prazo de 15 (quinze) dias, para os fins indicados no item III do referido voto a fls. 97.

PROCESSO Nº 4005/90 (apenso: Proc. nº 3147/90) - Resultados de auditoria realizada no Sistema de Transportes Coletivos do Distrito Federal, procedida pela empresa "PRICE WATERHOUSE AUDITORES INDEPENDENTES".- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo à Procuradoria-Geral, solicitando o competente parecer.

PROCESSO Nº 5301/90 - Contrato nº 010/90 celebrado entre a Companhia de Eletricidade de Brasília e a empresa NANSEN S/A - Instrumentos de Precisão.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, considerou cumprida a diligência determinada na Sessão Ordinária de 26.03.91 e autorizou o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 0115/91 (apenso: Proc. nº 0575/91) - NE nº 171/90-PRGDF e outras.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento das notas de empenho que integram os processos sob exame e considerar correta a classificação das despesas delas decorrentes, atribuindo o caráter de excepcionalidade dessa correção às NEs de nºs 101 e 204/90; b) fazer à Procuradoria-Geral do Distrito Federal a recomendação alvitrada na instrução de folhas 31.

PROCESSO Nº 2656/91 - NE nº 220/91-TCDF e outras;

PROCESSO Nº 2663/91 - NE nº 031/91-SEDF e outras.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, relevando as falhas apontadas na instrução, tomou conhecimento e considerou correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 2753/91 - NE nº 110/91-SDU e outras;

PROCESSO Nº 4005/91 - NE nº 126/91-SAP e outras.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tomou conhecimento e considerou correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 4088/91 - NE nº 032/90-RA-VIII e outras. - O Tribunal determinou diligência, a ser cumprida no prazo de 30 (trinta) dias, para os fins indicados no voto do Relator a fls. 09.

PROCESSO Nº 2469/91 - Ata da 1075a. reunião e outras, de órgãos colegiados da Companhia de Água e Esgotos de Brasília;

PROCESSO Nº 4093/91 - Ata da 755a. Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tomou conhecimento das mencionadas atas e determinou o arquivamento dos processos.

PROCESSO Nº 2470/91 - Ata da 1069a. reunião e outras, de órgãos colegiados da Companhia de Água e Esgotos de Brasília.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, pela juntada dos autos ao Processo nº 0982/91, para exame em conjunto.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JORGE CAETANO

PROCESSO Nº 0474/88 (apenso: Proc. nº 054.003095/89) - Nota de Empenho nº 016/88-PMDF.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar connecimento do Ofício nº 094/91-PMDF, considerando insatisfatório o atendimento à diligência ordenada através do Ofício GP nº 2008/88; b) informar à Polícia Militar do Distrito Federal que, até às definições de que trata o item anterior, no custeio de despesas enquadráveis nos subelementos 3.1.3.2-46 e 3.1.3.2-65, assim como nos demais, deve ser levado em conta o estrito interesse do Distrito Federal; c) devolver os autos e seu apenso à PMDF solicitando sejam obtidas as definições de que trata a alínea a acima.

PROCESSO Nº 3239/90 - Contrato nº 001/90 celebrado entre a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal e o Sr. NILTON DE SOUZA FEITOSA, objetivando a prestação de serviços de instrutor na confecção de uniformes da Polícia Militar do Distrito Federal.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do Ofício nº 053/91-DIREXE, relevando, em caráter excepcional, a falta da publicação no DODF do citado ajuste; b) recomendar à FUNAP a observância do disposto no artigo 82 do Decreto nº 10.996/88, quando da celebração de termos de contratos, alertando, ainda, para as penalidades previstas no artigo 182 do Regimento Interno.

PROCESSO Nº 4524/90 - Convênio nº 392/90 e outro ajuste, celebrados entre o Banco de Brasília S/A e terceiros.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos Ofícios de nºs 126 e 154/91-PRESI e documentos que os acompanham, considerando cumprida a diligência transmitida através do Ofício GP nº 595/91, com relevação das falhas apontadas na instrução; b) determinar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 2216/91 - NE nº 075/91-SCS e outras;

PROCESSO Nº 3222/91 - NE nº 237/91-TCDF e outras;

PROCESSO Nº 3232/91 - NE nº 012/91-SAP/FZDF e outras;

PROCESSO Nº 3458/91 - NE nº 280/91-TCDF e outras.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tomou conhecimento e considerou correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 2397/91 - Atas das 1146a. a 1149a. Sessões Ordinárias do Conselho Deliberativo da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, deci

diu: a) tomar conhecimento das citadas atas, autorizando a inclusão dos autos em roteiro de inspeção a ser realizada na FHDF, para verificação da regularidade do assunto objeto do Processo nº 061.001263/91; b) recomendar à FHDF que observe, também nos casos de acidentes envolvendo veículos de sua propriedade ou sob sua guarda, o disposto no artigo 152 e seu parágrafo único do Regimento Interno; c) devolver os autos à 2a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 2398/91 - Atas das 1143a. a 1145a. Sessões Ordinárias do Conselho Deliberativo da Fundação Hospitalar do Distrito Federal;

PROCESSO Nº 4058/91 - Ata da 941a. reunião e outra, de órgãos colegiados da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal;

PROCESSO Nº 4060/91 - Atas das 939a. e 940a. Reuniões do Conselho Deliberativo da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tomando conhecimento das mencionadas atas, autorizou a inclusão dos processos em roteiro de inspeção para os fins indicados nos votos do Relator.

PROCESSO Nº 2510/91 - Contrato nº 006/91 e outros ajustes, celebrados entre a Fundação Cultural do Distrito Federal e diversos.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, relevando a falha apontada na instrução, tomou conhecimento dos referidos pactos.

PROCESSO Nº 3456/91 - NE nº 333/91-TCDF e outras;

PROCESSO Nº 3459/91 - NE nº 301/91-TCDF e outras.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, relevando as falhas apontadas na instrução, tomou conhecimento e considerou correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 4031/91 - Atas das 1038a. a 1040a. Reuniões da Junta de Controle do Departamento de Trânsito do Distrito Federal.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento das atas e determinou a baixa do processo à 2a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 4040/91 - Atas das 1045a. e 1046a. Reuniões da Junta de Controle do Departamento de Trânsito do Distrito Federal.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) relevando a falha apontada na instrução, tomar conhecimento das citadas atas; b) autorizar a inclusão dos autos em roteiro de inspeção no DETRAN-DF para exame do assunto destacado a fls. 04.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO-SUBSTITUTO FRANCISCO MARTINS BENVINDO

PROCESSO Nº 2118/85 (apensos: Processos de nºs 3668 e 2577/85) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, ocorrido na Escola de Música de Brasília.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) determinar, nos termos do art. 177, IV, do Regimento Interno, o arquivamento dos autos, sem cancelamento do débito, continuando o devedor, neste caso, obrigado ao ressarcimento para receber a quitação; b) ordenar a baixa do processo à 2a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 0590/87 - Tomada de contas especial realizada para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, em conseqüência de furtos ocorridos na Divisão de Manutenção da Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) dar provimento ao pedido de reconsideração apresentado pelo Sr. JOSÉ PROCÓPIO BARROSO, considerando sem efeito a imputação de débito constante do item b da proposta de fls. 88, aprovada pela decisão de fls. 90; b) ordenar a baixa do processo à 2a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 2817/88 - Tomada de contas especial realizada pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de um revólver marca Taurus, calibre 38.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, decidiu: a) nos termos do art. 172, § 3º, do Regimento Interno, considerar o servidor DELMIRO JOAQUIM BATISTA em débito com o Distrito Federal, no valor apurado nos autos; b) observado o prazo para interposição de recursos, ordenar, com base no art. 173, c/c o art. 172, § 4º, do mesmo Regimento, a notificação do referido servidor para, no prazo de 30 (trinta) dias, repor arma similar à extraviada.

PROCESSO Nº 1247/89 (apenso: Proc. nº 101.000216/88) - Tomada de contas especial realizada pelo Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) ao tomar conhecimento do documento de arrecadação de fls. 49, considerar o servidor nominado na alínea a do referido voto a fls. 57 quite, neste caso, com o Distrito Federal e ordenar a baixa em sua responsabilidade; b) determinar, com base no art. 177, inciso IV, do Regimento Interno, o arquivamento dos autos, sem cancelamento do débito imputado ao Sr. RACIB ELIAS TICLY.

PROCESSO Nº 1286/89 - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Zoobotânica do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, ocorrido no Serviço Médico e Odontológico do Departamento Administrativo daquela Fundação. - O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomando conhecimento dos documentos de fls. 267-268, decidiu: a) autorizar o encaminhamento dos autos à FZDF, devendo ser desentranhadas e retidas as peças produzidas nesta Casa; b) considerar prorrogado por 30 (trinta) dias o prazo para cumprimento da diligência transmitida através do Ofício GP nº 530/91; c) considerar também quite com a FZDF, neste caso, o servidor nominado na alínea c do referido voto a fls. 273, ordenando a baixa em sua responsabilidade.

PROCESSO Nº 2481/89 - Tomada de contas especial realizada pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo extravio de 02 revólveres marca Taurus, calibre 38, pertencentes ao patrimônio do Distrito Federal.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, decidiu: a) tomar conhecimento da defesa apresentada pelo servidor REGINALDO BARROS MIRANDA, para negar-lhe provimento, e, de acordo com o art. 172, § 3º, imputar-lhe o débito apurado nos autos; b) observado o prazo para interposição de recurso, determinar, nos termos do art. 173, c/c com o art. 172, § 4º, a notificação do nominado servidor para, no prazo de 30 (trinta) dias, repor bens similares aos extraviados.

PROCESSO Nº 1024/90 (apenso: Proc. nº 101.000220/90) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação do Serviço Social do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem, ocorrido na Seção de Manutenção do Centro de Educação, Integração e Apoio ao Menor e Família - COMEIA;

PROCESSO Nº 1291/90 (apenso: Proc. nº 101.100323/90) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação do Serviço Social do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, ocorrido no Centro de Desenvolvimento Social de Ceilândia.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, decidiu enviar os processos à Procuradoria-Geral, solicitando os competentes pareceres.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO-SUBSTITUTO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

PROCESSO Nº 1961/90 (apenso: Proc. nº 082.003011/90) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, ocorrido na DRE/Gama;

PROCESSO Nº 2224/90 (apenso: Proc. nº 082.003535/90) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Educacional do Dis

trito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, verificado na Escola Classe 37 de Ceilândia;

- PROCESSO Nº 2318/90 (apenso: Proc. nº 061.009108/89) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Hospitalar do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, ocorrido no Setor de Eletricidade da Oficina Mecânica do Departamento de Engenharia e Transportes daquela Fundação;

PROCESSO Nº 2482/90 (apenso: Proc. nº 061.042193/90) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Hospitalar do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, verificado no Centro de Saúde nº 05 de Ceilândia;

PROCESSO Nº 2534/90 (apenso: Proc. nº 061.002127/90) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Hospitalar do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, ocorrido no Departamento de Engenharia e Transportes daquela Fundação;

PROCESSO Nº 2976/90 (apenso: Proc. nº 101.002795/88) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação do Serviço Social do Distrito Federal para apurar responsabilidades pela autorização da emissão da Nota de Empenho nº 003297/88, com infringência do disposto no art. 60 da Lei nº 4320/64, a favor da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília;

PROCESSO Nº 3740/90 (apenso: Proc. nº 101.000422/86) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação do Serviço Social do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua propriedade.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, decidiu enviar os processos à Procuradoria-Geral, solicitando os competentes pareceres.

PROCESSO Nº 2571/90 (apenso: Proc. nº 030.013895/90) - Tomada de contas especial realizada pelo Gabinete Militar do Governador do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens. Aos autos juntou-se representação da 1a. Inspetoria de Controle Externo a respeito do não atendimento, por parte do Gabinete Militar do Governador, de determinação da Corte.- O Tribunal decidiu reiterar os termos do Ofício GP nº 134/91, fixando o prazo de 30 (trinta) dias para atendimento, na forma do voto do Relator de fls. 18.

PROCESSO Nº 3624/91 - Ofício nº 252/91-PRES, pelo qual a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, em atendimento ao disposto no art. 224 do Regimento Interno, encaminha à Corte os anexos relacionados nas alíneas a e b do citado expediente.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) determinar diligência, a ser cumprida no prazo de 30 (trinta) dias, para os fins indicados no referido voto a fls. 07-09; b) fazer à 5a. Inspetoria de Controle Externo a recomendação indicada no mesmo voto.

OUTROS ASSUNTOS

Encerrada a fase de julgamento de processos, o Senhor Presidente determinou o registro da presença no Plenário do Conselheiro REINALDO FERNANDES NEVES FRANCISCO, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Roraima.

Nada mais havendo a tratar, às 17:40 horas o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão. E, para constar, eu, EDILSON BORBA SANTOS, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata, que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros, Conselheiros-Substitutos e Procuradora-Geral em exercício.

FREDERICO AUGUSTO BASTOS
JOEL FERREIRA DA SILVA
JOSÉ EDUARDO BARBOSA
RONALDO COSTA COUTO
JORGE CAETANO
FRANCISCO MARTINS BENVINDO
JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
CLÁUDIA FERNANDA DE O. PEREIRA

EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO – NOVACAP
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
"AVISO"

TOMADA DE PREÇOS Nº 057/91-CPL, PARA EXECUÇÃO TOTAL, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇOS UNITÁRIOS, DE REDES DE ÁGUAS PLUVIAIS NO SETOR "Q" EM CEILÂNDIA – DF.

REMARCAÇÃO DE DATA

Comunicamos às empresas interessadas que a licitação em epígrafe, teve a sua data de Abertura remarcada para às 9:00 horas do dia 15 de agosto de 1991.

Brasília, 05 de agosto de 1991
MANOEL DE ALENCAR ARARIPE
Presidente da CPL
(Em exercício)

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO – NOVACAP
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

"AVISO"

TOMADA DE PREÇOS Nº 058/91-CPL, PARA EXECUÇÃO TOTAL, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇOS UNITÁRIOS, DE GALERIA MOLDADA "IN LOCO" NO SETOR "Q" EM CEILÂNDIA – DF.

REMARCAÇÃO DE DATA

Comunicamos às empresas interessadas que a licitação em epígrafe, teve a sua data de Abertura remarcada para às 15:00 horas do dia 15 de agosto de 1991.

Brasília, 05 de agosto de 1991

MANOEL DE ALENCAR ARARIPE
Presidente da CPL
(Em exercício)

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA – CAESB

PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO
REF: TOMADA DE PREÇOS Nº TP-058/91-CAESB

Chamamos a atenção dos interessados para as seguintes alterações procedidas no Edital da licitação em referência:

NO ANEXO II, onde consta:

HP-PREÇO HORA PARADA – Cr$ 1.189,56
HP-PREÇO HORA TRABALHADA – Cr$ 4.505,70

DEVERÁ SER CONSIDERADO:

HP-PREÇO HORA PARADA – Cr$ 3.192,41
HP-PREÇO HORA TRABALHADA – Cr$ 7.079,84

O contrato por estimativa passará a ser no valor total de Cr$ 279.087.292,00 (duzentos e setenta e nove milhões, oitenta e sete mil, duzentos e noventa e dois cruzeiros).

Em razão das citadas alterações, fica prorrogada a TOMADA DE PREÇOS Nº 058/91-CAESB para o dia 22 de agosto de 1991, às 15 horas.

Brasília, 05 de agosto de 1991
TARCISIO RIBEIRO COSTA

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO – NOVACAP
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

"AVISO DE RETIFICAÇÃO"

ONDE SE LÊ: – TOMADA DE PREÇOS Nº 102/91-CPL, PARA EXECUÇÃO TOTAL, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇOS UNITÁRIOS, DOS SERVIÇOS DE DRENAGEM PLUVIAL, NAS QUADRAS DE 01 A 14 NO SETOR LESTE GAMA – DF.

LEIA-SE: TOMADA DE PREÇOS Nº 102/91-CPL, PARA EXECUÇÃO TOTAL, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇOS UNITÁRIOS, DOS

SERVIÇOS DE DRENAGEM PLUVIAL, NAS QUADRAS DE 01 A 04 NO SETOR LESTE DO GAMA – DF.

Permanecem inalteradas as demais condições do Edital.

Brasília, 05 de agosto de 1991

MANOEL DE ALENCAR ARARIPE
Presidente da CPL
(Em exercício)

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO – NOVACAP
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

"AVISO"

TOMADA DE PREÇOS Nº 108/91-CPL, POR LOTES, PARA EXECUÇÃO TOTAL, SOB O REGIME DE EMPREITDA POR PREÇOS UNITÁRIOS, DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS PLUVIAIS, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, MEIOS-FIOS E BOCA DE LOBO NA QNL QUADRAS 13, 19, 20 E 26 EM TAGUATINGA – DF.

Comunicamos às empresas interessadas,que a licitação em epígrafe será realizada às 10:00 horas do dia 21 de agosto de 1991, na Sala de Licitações da CPL, localizada no 1º andar do Bloco "A" do Conjunto Sede da NOVACAP, situada no Setor de Áreas Públicas Lote "B".

O custo do Edital é de 25.024,00 (VINTE E CINCO MIL E VINTE E QUATRO CRUZEIROS) e as interessadas poderão lê-lo, obtê-lo e colher todas as informações necessárias no endereço supra.

NESTE VALOR NÃO ESTÃO INCLUSOS OS PREÇOS DE CÓPIAS DOS PROJETOS.

Brasília, 05 de agosto de 1991

MANOEL DE ALENCAR ARARIPE
Presidente da CPL
(Em exercício)

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO constituida pela Ordem de Serviço "SLU" de 03 de julho de 1991, torna público para conhecimento dos interessados que, de ordem do Sr. Superintendente do SLU, a TOMADA DE PREÇOS Nº 021/91-CL/SLU, referente à contratação de serviços de manutenção corretiva e preventiva em tratores da marca CATERPILLAR, foi CANCELADA por conveniência Administrativa. A mesma deverá ser realizada em nova data a ser futuramente definida.

Brasília-DF, 02 de agosto de 1991.

DJALMA MENDES FERREIRA
Presidente da Comissão

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RETIFICAÇÃO

EDITAL Nº 068/91-CL-SEA – TOMADA DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTOS DE DADOS E MICROFILMAGEM (MICROCOMPUTADOR, IMPRESSORA).
CLASSE: 5702.

O Presidente da Comissão de Licitação da Secretaria de Administração do Distrito Federal, torna público que foi retificado o Edital supracitado, na forma seguinte:

1) **Onde se lê:**
Data – 27.08.91 Horário – 15:00 horas
Leia-se:
Data – 28.08.91 Horário – 15:00 horas

Permanecem inalteradas as demais condições do Edital.

Brasília, 05 de agosto de 1991.

SÉRGIO MARTINS LONGO
Presidente da Comissão de Licitação-SEA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – ÁREA DESENVOLVIMENTO URBANO

ESPECIALIDADE II

EDITAL Nº 140/91 – IDR

A SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS-IDR, no uso de suas atribuições, resolve retificar o Edital nº 136/91-IDR, publicado no DODF nº 147, de 31.07.91.

ONDE SE LÊ:

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
065	Valmir da C. dos Santos	6º
368	José Aparecido Neres Cordeiro	7º

LEIA-SE:

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
065	Valmir da C. dos Santos	13º
368	José Aparecido Neres Cordeiro	17º

Brasília, 31 de julho de 1991.

MARIA DO SOCORRO MACEDO VIEIRA DE CARVALHO
Superintendente-IDR

SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL S/A – CEASA/DF –

AVISO DE LICITAÇÃO

A CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL S/A – CEASA/DF, através da Comissão Especial de Licitação, situada no SIA/SUL – Quadra 07 nº 100 – B.03 – em Brasília-DF, torna público que no dia **05.09.1991 às 15:00 horas**, estará recebendo documentos de habilitação e proposta relativas à Concorrência Pública nº 004/91, cujo objeto é a Concessão de Uso de um terreno com aproximadamente 64.000 m² para construção e exploração de um **HIPERMERCADO ATACADISTA**.

Brasília-DF, 02 de agosto de 1991.

JUSMAR CHAVES
Presidente
Comissão Especial de Licitação

(Dias: 05, 06 e 07)

SECRETARIA DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 004/91

AVISO DE ALTERAÇÃO

O Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER-DF, torna público para conhecimento dos interessados, que na alínea "a" do subitem 1.4.1, no item 3.1 e no item 5.1:

ONDE SE LÊ: "Tabela de Preços Unitários da NOVACAP, editada em 11.04.91";
LEIA-SE: "Tabela de Preços Unitários da NOVACAP, vigente na data da realização desta licitação.

Permanecem inalteradas as demais condições do referido Edital.

Brasília, 02 de agosto de 1991.

PAULO CARDOZO
Comissão de Licitação
Presidente

(Dias: 06, 07 e 08)

SECRETARIA DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 005/91

AVISO

OBJETO: SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES, COMPREENDENDO SERVIÇOS DE DEMOLIÇÃO E RESTAURAÇÃO DO PAVIMENTO; RECAPEAMENTO; EXECUÇÃO DE DRENAGEM SUPERFICIAL, MEIOS-FIOS, SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL E RECOMPOSIÇÃO DO MEIO AMBIENTE NAS RODOVIAS DF-065 E DF-480, TRECHO DF-003/GAMA, NUMA EXTENSÃO APROXIMADA DE 8,9 KM. EM PISTA DUPLA, SOB O REGIME DE EMPREITADA MEDIANTE APLICAÇÃO DE TABELA DE PREÇOS E PREÇOS UNITÁRIOS DIRETOS.

ABERTURA: 09 de setembro de 1991, às 15:00 horas.

RECURSOS: PROJETO DER 1.107 – RECUPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E MELHORAMENTO DAS RODOVIAS DO SISTEMA RODOVIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL. FT – 000 ÑV.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Comissão de Licitação, 2º andar do Edifício Sede do DER-DF, Bloco "C", S.A.I.N., mediante o recolhimento de Cr$ 55.000,00, no Serviço de Tesouraria, no andar térreo no horário de 8:30 às 11:30 e 14:30 às 17:30 h..

Brasília, 02 de agosto de 1991.

PAULO CARDOZO
Comissão de Licitação
Presidente

(Dias: 05, 06 e 07)

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
DELEGACIA DE ADMINISTRAÇÃO NO DF

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 3012/91

OBJETO – Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços gráficos relativos a impressão das publicações, COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL – IMPORTAÇÃO/1989 – ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS FEDERAIS/1989 e, ESTATÍSTICA BÁSICA DE ARRECADAÇÃO, destinadas aos Departamentos da Receita Federal.

ABERTURA – DIA 22 DE AGOSTO DE 1991, às 10:00 horas.

O Edital poderá ser obtido gratuitamente na Sala 816, 8º andar do Ed. dos Órgãos Regionais deste Ministério, localizado no Setor de Autarquias Sul Qd. 03, Bl. "O", em Brasília-DF, até uma hora antes de sua abertura e a documentação e proposta serão recebidas na Sala 815 do citado edifício – Fone (061) 314-2886 e 314-2871.

DELEGACIA DA ADMINISTRAÇAO DO MEFP/DF
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CONCEIÇÃO DE M. M. Souza
Presidente

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA-MARA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA-INCRA
DIRETORIA DE RECURSOS FUNDIÁRIOS-DF

AVISO

O INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA-INCRA comunica às Empresas de Engenharia que encontra-se publicado no Diário Oficial da União do dia 29.07.91, páginas 15122/3, Concorrência Pública INCRA/DF/Nº 001/91, para realização de serviços Topográficos.

PRESIDENTE DA COMISSÃO
Port. INCRA-P/Nº 568/91

(DAR-Cr$ 7.812,50) (Dias: 02, 05 e 06)

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

CMP-11ª RM

COMISSÃO DE LICITAÇÃO REGIONAL

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 09 e 10/91

1. O Presidente da Comissão de Licitação Regional nomeada pelo Comandante Militar do Planalto e 11ª Região Militar, comunica que serão realizadas duas Tomadas de Preços, a de nº 09/91 objetivando a aquisição de gêneros alimentícios diversos e a de nº 10/91 objetivando a aquisição de pescado congelado.

2. **DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS:**

Dia 20 de agosto de 1991, até às 09:00 horas.

3. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Dia 21 de agosto de 1991, às 09:00 h .

4. O Edital poderá ser adquirido ao preço de Cr$ 3.000,00 (Três mil cruzeiros), das 09:00 h às 16:00 h de segunda à sexta-feira, no Ed. do Ministério do Exército – Esplanada dos Ministérios – 3º And – no CMP/11ª RM – Comissão de Licitação.

Brasília-DF, 02 de agosto de 1991.

PEDRO SILVEIRA LUND – CEL CAV
Presidente da CLR

(Dias: 05, 06 e 07)

CAESB - FUB
COMUNICADO
CONCURSO PÚBLICO
(EDITAL Nº 1-C/91)

A Diretoria de Acesso ao Ensino Superior - DAE - da Universidade de Brasília, executora do Concurso, comunica que as provas objetivas para **Motorista Profissional - Categoria "D", Técnico em Edificações I, Técnico de Saneamento I e Auxiliar de Enfermagem** serão realizadas no dia 18 de agosto de 1991 (domingo), no **Instituto Central de Ciências - ICC (Minhocão)** no Campus da UnB, conforme quadro distributivo abaixo:

MOTORISTA PROFISSIONAL - CATEGORIA "D"

INSCRIÇÃO	SALA	LOCAL DE PROVA	HORÁRIO
0001 a 0050	Sala 01	ICC-ALA SUL-TÉRREO	8:30 às 12:00 h
0051 a 0130	Sala 02	ICC-ALA SUL-TÉRREO	8:30 às 12:00 h
0131 a 0250	Sala 03	ICC-ALA SUL-TÉRREO	8:30 às 12:00 h
0251 a 0320	Sala 04	ICC-ALA SUL-TÉRREO	8:30 às 12:00 h
0321 a 0390	Sala 05	ICC-ALA SUL-TÉRREO	8:30 às 12:00 h
0391 a 0490	Sala 06	ICC-ALA SUL-TÉRREO	8:30 às 12:00 h
0491 a 0580	Sala 07	ICC-ALA SUL-TÉRREO	8:30 às 12:00 h
0581 a 0670	Sala 08	ICC-ALA CENTRO-TÉRREO	8:30 às 12:00 h
0671 a 0760	Sala 09	ICC-ALA CENTRO-TÉRREO	8:30 às 12:00 h
0761 a 0880	Sala 10	ICC-ALA NORTE-TÉRREO	8:30 às 12:00 h
0881 a 0930	Sala 11	ICC-ALA NORTE-TÉRREO	8:30 às 12:00 h
0931 a 1020	Sala 12	ICC-ALA NORTE-TÉRREO	8:30 às 12:00 h
1021 a 1080	Sala 13	ICC-ALA NORTE-TÉRREO	8:30 às 12:00 h
1081 a 1180	Sala 14	ICC-ALA NORTE-TÉRREO	8:30 às 12:00 h
1181 a 1230	Sala 15	ICC-ALA NORTE-TÉRREO	8:30 às 12:00 h
1231 a 1300	Sala 16	ICC-ALA NORTE-TÉRREO	8:30 às 12:00 h
1301 a 1360	Sala 17	ICC-ALA NORTE-TÉRREO	8:30 às 12:00 h
1361 a 1397	Sala 18	ICC-ALA NORTE-TÉRREO	8:30 às 12:00 h

TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES I

0001 a 0050	Sala 19	ICC-ALA NORTE-TÉRREO	8:30 às 12:00 h
0051 a 0143	Sala 20	ICC-ALA NORTE-TÉRREO	8:30 às 12:00 h

TÉCNICO DE SANEAMENTO I

0001 a 0040	Sala 21	ICC-ALA NORTE-TÉRREO	8:30 às 12:00 h

AUXILIAR DE ENFERMAGEM

0001 a 0090	Sala 22	ICC-ALA NORTE-TÉRREO	8:30 às 12:00 h
0091 a 0150	Sala 23	ICC-ALA NORTE-TÉRREO	8:30 às 12:00 h

Para a realização das provas, os candidatos disporão de 3:30 h.
O acesso dos candidatos às salas de prova dar-se-á no intervalo das 8 horas às 8 horas e 30 minutos.
Os candidatos deverão comparecer aos locais de prova, no dia 18 de agosto de 1991, no horário acima estabelecido, munidos de Carteira de Identidade, comprovante de inscrição e caneta esferográfica **azul ou preta.**
Não será permitida a utilização de nenhum material de consulta e nem de calculadora durante a prova.
Candidatos que chegarem atrasados serão automaticamente excluídos do Concurso.

Brasília, 6 de agosto de 1991.

Prof. LAURO MORHY
Executor do Concurso
Diretor da DAE-UnB